

6<sup>a</sup> Ed.  
**workshop |**  
11-12 Abril 2022

# **Dinâmicas Socioeconómicas e Territoriais Contemporâneas**

# **Livro de resumos**

dinamia  
'cet \_iscte



**FCT** Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

---

## **FICHA TÉCNICA**

### **COMISSÃO CIENTÍFICA**

Alexandra Saraiva  
Ana Costa  
Andrea Pavoni  
Elisabete Tomaz  
Fátima Suleman  
Helena Lopes  
Isabel Salavisa  
Maria Assunção Gato  
Maria de Fátima Ferreiro  
Maria Inês Gameiro  
Nuno Bento  
Patrícia André  
Patrícia Bento D'Almeida  
Paula André  
Paulo Marques  
Paulo Tormenta Pinto  
Pedro Costa  
Pierre Guibentif  
Sérgio Lagoa  
Teresa Costa Pinto  
Teresa Marat-Mendes

### **COMISSÃO ORGANIZADORA**

Ana Rita Cruz  
Maria Eduarda Gonçalves  
Rolando Volzone

### **LOGÍSTICA E PLANEAMENTO**

Maria José Rodrigues

### **COMUNICAÇÃO E IMAGEM**

Bruno Vasconcelos

### **ISBN**

978-989-781-599-7

## AUDITÓRIO AFONSO DE BARROS | EDIFÍCIO ALA AUTÓNOMA

### PROGRAMA

11 DE ABRIL DE 2022 - 2ª FEIRA

<b>10h30 – 10h45</b> <b>Abertura</b>	<b>Pedro Costa</b> - Director DINÂMIA'CET-Iscte <b>Ana Rita Cruz</b> - Comissão Organizadora
<b>10h45 – 11h00</b>	<b>Coffee-break</b>
<b>11h00 – 12h15</b> <b>Cultura, turismo e território</b>	Da festivalização à 'festentificação': perspectivas e desafios na cidade de Lisboa <b>João Concha</b>
<b>Moderação:</b> <i>Margarida Perestrelo</i>	Enquadrando Atores e políticas para um recomeço mais sustentável do turismo em Lisboa <b>Maria Assunção Gato e Ana Rita Cruz</b>
	O espaço comercial como espaço de encontro e ligação com a comunidade onde se insere - Le Bar a Crêpes <b>Ana Cravinho e Teresa Madeira Silva</b>
	Constructing stronger peripheries: Comparing self-assessed cultural activities impacts among cultural institutions in Europe <b>Pedro Costa, Margarida Perestrelo, Ricardo Venâncio Lopes e Elisabete Tomaz</b>
<b>12h15 – 13h15</b> <b>Políticas e actividades culturais</b>	A distribuição e exibição de cinema e audiovisual em Portugal: Pontos críticos, desafios e áreas-chave de regulação <b>Pedro Costa, Ricardo Venâncio Lopes, Elisabete Tomaz e Rodrigo Almeida</b>
<b>Moderação:</b> <i>Ricardo V. Lopes</i>	Eventos culturais e artísticos planeados em Portugal, padrões e processos territoriais nos últimos seis anos <b>Hugo Reis</b>
	Pontes entre margens: a cultura na Área Metropolitana de Lisboa <b>Ricardo Venâncio Lopes</b>
<b>13h15 – 14h15</b>	<b>Almoço</b>

## AUDITÓRIO AFONSO DE BARROS | EDIFÍCIO ALA AUTÓNOMA

### PROGRAMA

11 DE ABRIL DE 2020 - 2ª FEIRA

<b>14h15 – 15h45</b>  <b>Habitação e vulnerabilidades</b>  <b>Moderação:</b> <i>Nuno Dias</i>	Habitação digna. Onde estamos e para onde vamos <b>Joana Lages</b>
	Habitação em Democracia: Estruturas morfológico-sociais das políticas de habitação na Área Metropolitana de Lisboa <b>Sara Silva Lopes [Online] e Teresa Marat-Mendes</b>
	Tecnologia e inovação nas habitações económicas da ICESA <b>Patrícia Bento d'Almeida [Online], Teresa Marat-Mendes e João Cunha Borges</b>
	A condição de sem abrigo nos Açores: uma questão de escolha? <b>Lídia Fernandes, Hélder Fernandes e Paulo Fontes</b>
	A crise de cuidados e os cuidados informais em Portugal - uma perspetiva de género <b>Sara Canha</b>
<b>15h45 – 16h00</b>	Coffee-break
<b>16h00 – 17h30</b>  <b>Trabalho, inovação e transição sustentável</b>  <b>Moderação:</b> <i>Elisabete Tomaz</i>	Additive manufacturing technology: Impacts in new business models <b>Florinda Matos</b>
	Inter-industrial relationships driving the blue economy industrial transformation <b>Cristina de Sousa, Margarida Fontes e Oscarina Conceição</b>
	The eco-efficiency of agricultural firms in European Member States <b>Maria José dos Santos</b>
	O Serviço de Belas Artes da Fundação Calouste Gulbenkian e o apoio à prática, investigação e aperfeiçoamento artístico em Portugal (1960-1979) <b>Patrícia Bento d'Almeida [Online] e Teresa Marat-Mendes</b>
	Geografia dos novos espaços de trabalho em Portugal <b>Elisabete Tomaz</b>
<b>17h30 – 18h00</b>	Lançamento do eBook “Entre Transições   Retrospectivas – transversalidades – Perspetivas” <b>Maria Assunção Gato e Pierre Guibentif</b>
<b>18h00 – 19h30</b>	<b>Beberete e Momento de Convívio</b> [Terraço da Ala Autónoma]

## AUDITÓRIO AFONSO DE BARROS | EDIFÍCIO ALA AUTÓNOMA

### PROGRAMA

12 DE ABRIL DE 2022 - 3ª FEIRA

<b>09h30 – 10h45</b>	Da governação à governança? As fundações públicas e público-privadas na política cultural portuguesa <b>Tiago Mendes e Carlos Vargas</b>
<b>Governação e políticas</b>	Bricks and mortar of politics: Architects' participation in designing the policies of urban governance <b>Sonia Dragović</b>
<b>Moderação:</b> <i>Pedro Videira</i>	Educational innovation as a driver for regional innovation ecosystem orchestration <b>Pedro Oliveira</b> [Online]
	The reform of vocational higher education in Portugal: Policies, institutions and graduates <b>Pedro Videira</b>
<b>10h45 – 11h15</b>	<b>Coffee-break</b>
	Regulating fixed-term contracts in advanced industrial economies: Explaining reform trajectories in the neoliberal era (1985-2019) <b>Paulo Marques, Rui Branco e Rita Guimarães</b>
<b>11h15 – 12h45</b>	The evolution of firm-level wage policies in Portugal: From collective logic to the individualization of wages <b>Fátima Suleman, Sérgio Lagoa e Abdul Suleman</b>
<b>Trabalho e economia(s)</b>	Why has labour productivity slowed down in the era of financialization? Insights from the post-keynesians for the European Union countries <b>Ricardo Barradas</b>
<b>Moderação:</b> <i>Helena Lopes</i>	Crossing the Atlantic: Portugal's economy through the lenses of New Developmentalism <b>Ricardo Pais Mamede e João Paiva Silva</b>
	Solidarity in the world of work – Addressing present-day challenges <b>Helena Lopes</b>
<b>12.45-14.00</b>	<b>Almoço</b>

## AUDITÓRIO AFONSO DE BARROS | EDIFÍCIO ALA AUTÓNOMA

### PROGRAMA

12 DE ABRIL DE 2022 - 3ª FEIRA | TARDE

<b>14h00 – 15h00</b>	Tendências de transformação logística no sector das plataformas de entregas – análise do período da pandemia em Lisboa <b>Nuno Rodrigues e Pedro Costa</b>
<b>Transformação e sustentabilidade</b>	The potential of digitalization and sharing in consumer goods to ensure decent living standards and reduce carbon emissions <b>Nuno Bento</b>
<b>Moderação:</b> <i>Eduardo Medeiros</i>	A territorialised UN Agenda 2030 in Portugal: Cross-cutting issues in energy, environment and health <b>Eduardo Medeiros</b>
<b>15h00 – 16h15</b>	Mapping biophilic urban structures for Lisbon <b>Krisztina Ramneantu [Online] e Teresa Marat-Mendes</b>
<b>Desenvolvimento sustentável em espaços rurais e urbanos</b>	A relação rural-urbano: A procura por territórios mais sustentáveis <b>Catarina Lopes Mateus</b>
<b>Moderação:</b> <i>Rolando Volzone</i>	Paisagens a transformar: Para um conceito operante de espaço “urbano-rural” <b>Rui del Pino Fernandes e Teresa Marat-Mendes</b>
	Paisagens pós-conventuais: reutilização do património, sustentabilidade e resiliência rural <b>Rolando Volzone</b>
<b>16h15 – 16h30</b>	<b>Coffee-break</b>
<b>16h30 – 18h00</b>	Morfologia de um habitat operário. Habitação e espaços verdes no Bairro da Sacor na Bobadela <b>João Cunha Borges, Rui del Pino Fernandes e Teresa Marat-Mendes</b>
<b>Planeamento e morfologias urbanas</b>	Os espaços alimentares do Bairro Operário da Tabaqueira, Sintra <b>Vanessa Alves, Teresa Marat-Mendes e Mafalda Teixeira Sampayo</b>
<b>Moderação:</b> <i>Andrea Pavoni</i>	Vincit omnia veritas. Em busca de uma autenticidade patrimonial na zona ribeirinha oriental de Lisboa <b>Ana Nevado [Online]</b>
	Modelo Conceptual: Entendimento do papel do ser humano no planeta”: Diálogo social com o território <b>Paula Cristina Barros, Ana Patrícia Duarte e Margarida Perestrelo</b>
	Vitality – liveability – violence on urban life <b>Andrea Pavoni</b>
<b>18h00 – 18h45</b>	
<b>Mesa Redonda</b>	Investigação aplicada: questões críticas, desafios e implicações éticas <b>Gustavo Sugahara, Margarida Perestrelo, Nuno Dias e Pedro Costa</b>
<b>Moderação:</b> <i>Madalena Matos</i>	

**Encerramento do Workshop**

# Painel

**Inovação e transição  
para sociedades  
sustentáveis**

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

### A relação Rural-Urbano: A procura por territórios mais sustentáveis

**Catarina Lopes Mateus**

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

No enquadramento da sexta edição do workshop Dinâmicas Socioeconómicas e Territoriais Contemporâneas, e dentro da temática Inovação e Transição para Sociedades Sustentáveis propõe-se a apresentação de uma análise da relação rural-urbano, com o objetivo de entender como esta dualidade tem limitado a noção de sustentabilidade e equilíbrio do território a uma relação de desigualdade e dependência entre rural e urbano.

Na última década, tem-se vindo a assistir a um desenvolvimento desigual e hierárquico do território, que tende para a concentração de capital humano, económico e financeiro em núcleos urbanos, em detrimento de zonas “não-urbanas”. Esta situação condena os territórios “não-urbanos” (sejam estes considerados ruralidade, ‘natureza’, campos ou cidades/vilas de segunda e terceira importâncias) a um ciclo vicioso de declínio, marginalização, abandono e empobrecimento, do qual a população escapa, migrando para núcleos urbanos em busca de melhores condições de vida e de trabalho. Assim, e partindo da tese de que a hegemonia e colonização de toda a paisagem sociocultural pelo “modo urbano” está na origem desta marginalização económica, social e simbólica do rural, coloca-se a questão: que formas para-urbanas de habitar o território existem?

Antes de partir para a resposta a esta questão, será necessário primeiramente definir alguns

conceitos-chave, nomeadamente “rural” e “urbano”. Para isto serão distinguidas duas abordagens a estes conceitos. Uma primeira que parte desde a Geografia e do Planeamento, que define o rural e o urbano enquanto territórios, distinguindo-os de acordo com as suas características físicas, isto é, a sua densidade (populacional e construída), acessibilidade, mobilidade e serviços disponíveis. A segunda abordagem parte desde as Ciências Sociais (Sociologia e Antropologia) e define estes dois conceitos enquanto modos de vida, diferenciando-os em termos de atividade produtiva, estrutura social base e valores. Com o cruzamento destas duas perspetivas pretende-se não só criar uma visão mais completa destas duas esferas individualmente, como também entender as formas como estas se podem hibridizar, nomeadamente com a expansão (ou migração) do modo de vida urbano a territórios rurais ou vice-versa.

Com estes conceitos definidos, parte-se, num primeiro momento, para o desenvolvimento de uma breve análise histórica da dualidade rural-urbano, no sentido de entender esta dicotomia como uma relação para além do antagonismo, isto é, na qual estes conceitos não surgem necessariamente como opostos. Num segundo momento, com base na análise anterior e através da apresentação de casos de estudo em diferentes contextos a nível global, procura-se entender como o rural pode surgir como uma alternativa ao urbano, abandonando a sua posição de território subjugado aos seus interesses, necessidades e planeamento.

Para a análise histórica da dualidade rural-urbano procurar-se-á entender como a extensão da visão hegemónica do “modo urbano” a todo o território condiciona e limita o entendimento de territórios e modos de vida não urbanos.



## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

Identificam-se assim duas formas de entender o rural sob as lentes do urbano: o rural enquanto antagónico ao urbano e o rural enquanto parte do urbano. O primeiro cenário, no qual os dois conceitos surgem como antagónicos diz respeito à conceção do rural enquanto campo agrícola ao serviço da cidade (antítese da cidade mercantil/comercial) (Braudel, 1979) e ao rural enquanto natureza, espaço de fruição e de escape ao urbano (antítese de cultura e da cidade industrial). O segundo cenário (rural como parte do urbano) assume a ideia de Lefebvre (1970) de um território totalmente urbanizado, e define o rural enquanto proto-urbano (enquanto subdesenvolvido; um ainda-não cidade) ou enquanto território de baixa densidade.

Parte-se em seguida para um questionamento da ideia de que o rural é um território necessariamente inferior ou ao serviço do urbano (como apresentado nas duas visões anteriores), propondo uma terceira perspetiva na qual o rural surge como modo de vida e modelo de desenvolvimento alternativo ao urbano. Neste sentido, são apresentados casos de estudo de movimentos que se dão em territórios rurais, em resposta a crises resultantes do modelo capitalista neoliberal e o modo de vida urbano a este associado e que propõem modos de vida pós, anti ou para-urbanos em vários contextos do globo. Assim, são analisados os Movimentos da Vía Campesina no Equador, como resposta à crise política e representativa dos anos 1990-2000 na América Latina, os movimentos de contra-urbanização na Grécia, de resposta à crise económica de 2007-2008 no Sul da Europa e o movimento dos Kumano settlers no Japão, como resposta à crise ambiental mundial atual.

Este estudo poderá permitir desconstruir a ideia de que o rural é um território insustentável pelo seu modo de vida pouco desenvolvido (associado

ao acrónimo de Shanin (1976) ffcc (farm, family, class e community) ou à ideia de um “ainda-não-urbano”), podendo este projetar-se como modelo de desenvolvimento alternativo ao urbano, principalmente em situações de crise, nas quais as problemáticas inerentes a este modo de vida se tornam mais notórias e inegáveis.

**Palavras-chave:** rural areas; alternative development; urban lens

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

### Inter-industrial relationships driving the blue economy industrial transformation

**Cristina Sousa<sup>1</sup>**  
**Margarida Fontes<sup>2</sup>**  
**Oscarina Conceição<sup>1,3</sup>**

<sup>1</sup> Iscte Instituto universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

<sup>2</sup> LNEG - Laboratório Nacional de Energia e Geologia, Lisbon, Portugal

<sup>3</sup> IPCA, Barcelos, Portugal

#### Resumo:

The “Blue Economy” is considered one of the drivers of European growth, based on the development of new competences and activities that enable a sustainable exploitation of ocean resources (EC, 2021; Howard, 2018). Strategies and policies were formulated, both at the UE and national levels, to address “Blue growth”, combining industrial growth objectives with sustainability concerns. These strategies have targeted a broad variety of actors engaged in ocean-related activities, namely companies from established and new industries, and have promoted the development of new transversal technologies through the support of research and innovation (Sousa et al, 2020; EC, 2012).

These new, transversal technologies – such as advanced materials, biotechnology, ICTs, robotics - have the potential to drive changes in established industries, contributing to their transformation and economic revitalization (Dolata, 2009). This revitalization is achieved by the establishment of inter-industrial relationships (Stephen et al., 2017), between established and new industries, and by the adoption of diversification strategies (Wiersema & Beck, 2017) by companies from the established sectors, resulting from the exploitation of the opportunities opened by the collaborations established (Fontes et al., 2021).

This paper analyses the role played by research and innovation projects in providing conditions for a fruitful interaction between previously unrelated activities (Content et al, 2021), in the field of “blue economy”, conducive to the economic revitalization of established industries and the emergence of new ones. Transformative activities in this field are especially important, given the weight of ocean-related traditional sectors in the economic activity of several European countries, including Portugal, and the need to revitalize their activities (RCM n°120/2021), particularly in the context of a post-pandemic recovery.

The paper addresses the conditions in which interaction between new technologies and established activities can bring about change within the Blue Economy. It proposes that collaborative relationships in the context of research and innovation projects can be a first step towards the development of new products or adaptation to new markets (Becker & Dietz, 2004.) that may drive diversification processes in established/mature sectors. It further proposes that technology-based firms – and in particular knowledge intensive business services (KIBS) – play a key role in these processes, as co-innovators and “translators” (Shearmur & Doloreux, 2017), that bring knowledge related to new technologies and support their combination with business/market competences and (material) resources of established firms. These processes can be critical to induce new activities in established, mature sectors, thus contributing to their rejuvenation and revitalization.

The empirical analysis addresses the development of Blue Economy in Portugal, adopting an exploratory approach. In a first step it uses Social Network Analysis (SNA) to map the relationships between the sectors involved in

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

Blue Economy related projects. The collaborative relationships between new and established sectors and their potential to induce revitalization and transformation processes are then illustrated through a few cases, in areas selected by their relevance for the Portuguese economy.

To map the inter-industrial relationships, data was collected on two groups of projects with the participation of Portuguese firms: 1) projects funded by the Horizon 2020; 2) projects funded by various operational programmes from the Portugal 2020. A total of 168 projects were identified, 72 European funded and 96 supported by national funds. These projects involved 149 Portuguese firms from 68 industrial sectors, which were the object of the analysis.

The data shows two main dynamics. On one hand it provides evidence of the role of inter-industry collaboration networks in the development and implementation of new transversal technologies in established sea-related industries, to which they add value through new product development, increasing efficiency and safety and improving sustainability. This can be illustrated by the key role being played by KIBS and other technology intensive firms active in biotechnology in the revitalization of the fisheries/aquaculture or sea-related food sectors. On the other hand, the data also provides evidence that the development of new technology-based activities in the so called “new uses of the ocean” area (e.g. marine renewable energies or marine inspection and monitoring) are providing established supplier sectors, such as shipbuilding or maritime works, with opportunities for engaging in collaborative relationships that lead to innovation and diversification.

These results are relevant to policies that aim to promote industrial transformation, in particular the revitalization of mature

industries experiencing stagnation or decline, which became especially critical in the post-pandemic situation. They point to the need of a greater directionality of innovation policies (Mazzucato, 2018) and suggest that a potentially fruitful direction for these policies concerns the establishment or strengthening of inter-sectoral relationships between established and new industries, which can support increases in efficiency and sustainability, as well as create conditions for value-added diversification.

### Palavras-chave

Industrial transformation; Diversification; Blue Economy; Inter-industrial relationship; Research & Innovation projects; Social network analysis.

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

### A territorialised UN Agenda 2030 in Portugal: cross-cutting issues in energy, environment and health

**Eduardo Medeiros**

Iscte Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

It goes without saying that the world is far off course for achieving a desirable sustainable development path. Crucially, this policy goal has been on the global agenda for more than four decades. In 2015, the United Nations (UN) presented the Agenda 2030 with its 17, now famous, action-oriented sustainable development goals (SDGs), as a powerful thematically holistic policy itinerary. In this context, this chapter builds on the partnership agreement with the European Commission (EC), also known as Portugal 2020 (European Union (EU) Cohesion Policy framework for 2014-2020 in Portugal) and its potential contribution to supporting sustainable policy transitions. This paper presents a theoretical discussion on sustainable policies and practices in energy, environment and health and proposes a conceptual framework to better analyse sustainable policy transitions. Supported by Portugal 2020's strategy and project analysis, it is possible to conclude that Portugal has been supporting the UN Agenda 2030 vision for a more environmentally sustainable territory, and that there are several cross-cutting projects that have been implemented in the energy, environment and health sectors. However, the Portugal 2020 intervention is mainly focused on financing physical renovation to improve energy efficiency processes.

Sustainable policy transitions require a shift towards more collaborative societal values coupled with a sustainability supportive fiscal framework. The materialisation of sustainable policies and practices in the field of energy, the environment and health also require the establishment of building blocks for a more empowered, informed and vibrant civil society in addressing sustainable development challenges. Policymaking processes also need to follow participatory, subsidiarity and place-based governance principles (Barca 2009; Stead 2014). Moreover, eco-innovation practices can only succeed if all involved actors (SMEs and large companies, research institutions, consumers, etc.) proactively contribute to this transition towards a more sustainable territorial development pattern (Bontoux & Bengtsson 2015). Finally, the physical renovation of buildings to improve energy efficiency and the production of clean energy renders a tangible platform to materialise these intended sustainable policy transitions (Kanters & Wall 2014).

By entailing several complex and interacting systems (Medeiros 2020b; Sachs 2015) sustainable development deals with a myriad of aspects of global development. Ultimately, however, it "has its roots in conservation and the desire to protect the planet's ecosystems" (Blewitt 2018: 2). Partly as a result of constructed social processes that are normally associated with environmental concerns, the social dimension is often incorporated in the familiar typologies of sustainable development: (i) people, planet, and profit; (ii) environment, economy, and equity; or (iii) environmental, economic, and social processes (Boström 2012). Taking this further, the notion of ecosocial innovation, entailing human needs for a healthier and environmentally sustainable world, has been developed since the 1980s in Europe (Matthies et al. 2019).

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

Understandably, the analysis of sustainable policy transition processes is particularly complex and challenging. The same goes for the research on cross-cutting issues in energy, environment and health, which is the central theme of this book. This chapter will mainly focus on analysing the contribution of EU Cohesion Policy (2014-20 period – Portugal 2020) related strategy and funding to foment a sustainability transition in cross-cutting issues in the aforementioned three policy arenas. From a methodological standpoint, this chapter is mostly based on desk research of project databases. In addition, primary data sources were the Portugal 2020 strategy documents, supplemented with other national strategic documents, scientific articles, and books.

The bulk of the analysis is centred in examining the Portugal 2020 project database to determine how far there is a successful combination between the proposed components of the concept of sustainable policy transitions (Fig. 1). The proposed conceptual framework is supported by five crucial analytic components to stimulating sustainable policy transitions in the fields of energy, environment and health:

**1. Social innovation:** support to education and participatory society models. This involves support to empowered citizens and organisations as well as social responsibility and solidarity to address policy shortcomings on sustainable policy transitions;

**2. Institutional innovation:** support to decision-making processes towards sustainable policy transitions by institutions at all territorial levels. This includes strategic planning, participatory governance processes, and policy integration and evaluation processes;

**3. Eco fiscal and financial models:** support

to green taxation and financial benefits and regulatory approaches to support sustainable and renewable sources of energy. This includes encouraging the adoption of healthy and sustainable dietary patterns;

**4. Ecological orientation:** support to renewable and clean sources of energy, environmental protection and eco-friendly health products, which involves support for ecologic patterns of production and consumption;

**5. Physical renovation:** support for the use of renewable and clean sources of energy and increased energy efficiency in buildings and other physical infrastructure.

### Palavras-chave

Sustainable policy transitions, Energy, Health, Environment, Portugal 2020

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

### Geografia dos novos espaços de trabalho em Portugal<sup>1</sup>

**Elisabete Caldeira Neto Tomaz**

Iscte Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

Os novos espaços de trabalho, como os coworking, fablabs, makerspaces, hubs criativos, têm ganho uma interesse crescente nas estratégias locais de desenvolvimento, enquanto espaços de promoção do empreendedorismo e inovação local [1]. Em particular, os espaços de coworking sobressaíram pela expansão exponencial verificada nos últimos anos. Segundo a revista Deskmag [2], dos 600 coworkings identificados em 2010 passou-se para 18 700 em 2018, o que corresponde 1,65 milhões de utilizadores em todo o mundo.

Os espaços de coworking floresceram enquanto comunidades de trabalho colaborativo e de partilha, especialmente vocacionados para trabalhadores independentes e nas áreas das indústrias culturais e criativas e tecnologias digitais [3]. No entanto, tem-se assistido a uma diversificação de modelos e utilizadores. Existem cada vez mais corporações mobiliárias que reproduzem este modelo, e estes espaços atraem cada vez mais trabalhadores remotos de empresas, start-ups e outras empresas de várias dimensões.

Embora, a grande maioria destes espaços se localizem em áreas centrais de grandes cidades, tem havido também uma propagação gradual para zonas periféricas, cidades e vilas menos densamente povoadas em toda a UE [4]. O mesmo tem vindo a acontecer em Portugal, em grande parte devido ao crescimento do trabalho remoto e a atração de nómadas digitais. Diversas

iniciativas e medidas têm sido adotadas pelo governos locais e central nesse sentido.

Ademais, a atual pandemia teve profundos efeitos na forma como vivemos e trabalhamos. Além do aumento do trabalho remoto, muitos académicos e decisores políticos têm vindo a repensar o planeamento urbano, defendendo a importância das relações entre tempo e espaço na conceção das cidades. As abordagens baseadas no conceito de crono-urbanismo, como o modelo de cidade dos 15 minutos, proposto por Carlos Moreno para a cidade de Paris [5], procura ter em conta a proximidade e o acesso a uma variedade de serviços e oportunidades de lazer e trabalho, promovendo a qualidade de vida e as relações sociais. Nesse sentido, os coworkings podem ser uma resposta para a diminuição das deslocações diárias e dependência do carro, e melhoria do equilíbrio entre a vida familiar, lazer e trabalho.

Este estudo começa por identificar e analisar fatores de localização coworkings em Portugal, para depois se centrar na cidade de Lisboa. Para além de mapear e analisar a localização deste espaços, são investigadas questões relacionadas com a promoção do novo modelo urbano sustentável de uma cidade de 15 minutos, considerando a proximidade (em termos de minutos diários de caminhada e ciclismo) e a acessibilidade a uma variedade de funções urbanas, incluindo locais de trabalho não tradicionais, como os coworkings. Assim, procura-se contribuir para o atual debate sobre os novos espaços de trabalho, e em particular futuras estratégias sustentáveis para o planeamento urbano.

**Palavras-chave** espaços de trabalho, coworking, planeamento urbano, trabalho remoto

<sup>1</sup> Este projeto tem sido desenvolvido no âmbito da rede internacional Ação COST CA18214 "The Geography of New Working Spaces and the Impact on the Periphery" ([www.nmbu.no/en/projects/new-working-spaces](http://www.nmbu.no/en/projects/new-working-spaces))

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

### Additive Manufacturing Technology: Impacts in New Business Models

**Florinda Matos**

Iscte Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

Nowadays, the markets are in constant change in the knowledge economy, which leads to increased competitiveness. Thus, arises the need for companies to adopt a strategy of continuous improvements, such as adopting innovative processes and practices at the manufacturing level. It has become essential to achieve a high level of excellence, allowing the creation of opportunities for improvement and growth to make companies more sustainable and more competitive. In this context, knowledge management processes are fundamental to business sustainability, and competitive companies can integrate knowledge management practices into their business models.

AM as a disruptive technology is one of the most promising manufacturing technologies and can provide many significant advantages over traditional processes, such as: design is no longer limited by traditional machining constraints, fine-tuned customisation can be implemented on small production lots, and components which previously had to be constructed from multiple parts may be consolidated, just to name a few. The development of this technology has boosted the growth of several industrial sectors and the emergence of new business models.

Companies that work with this emergent technology focus not only on obtaining economic benefits, but also on competitive advantages and environmental and social benefits. The major problem in the utilisation of this emergent technology focuses on the lack of knowledge

about the impacts that the adoption of this technology will have on the redesign of value chain configurations, on the adoption of new business models and businesses, and on global competitiveness.

Knowledge has been seen as a strategic resource, and it needs to be managed to promote the organisation's competitive performance. This includes the impact not only on operations, performance, and the resulting profitability, but also on the environmental and social aspects that can influence the organisation's value creation and competitiveness.

Currently, there is little information regarding these methodological aspects of the integration of AM in the product lifecycle and the impacts on new business models effectiveness. Therefore, research is needed to work experimentally with these technologies to identify and characterise knowledge management strategies that should be adopted to increase competitiveness and sustainability in these new business models. Also, it is necessary to develop roadmaps to analyse the impacts of the various alternatives that can improve decision-making processes.

This communication aims to answer the question: What are the impacts of the adoption of AM technology on companies' business models?

The results demonstrated that the disruptions created by technology are not yet known to many companies. Similarly, knowledge of the impacts on business models and other elements of sustainability is limited. In terms of originality, the goal of this research is to contribute to and encourage data-driven debates about the potential implications of AM adoption on knowledge management strategies.

#### Palavras-chave

Additive Manufacturing; New Business Models; Knowledge Management

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

### Solidarity in the world of work – Addressing present-day challenges

**Helena Lopes**

Iscte Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

Solidarity in the world of work is being increasingly threatened by the proliferation of precarious work and increasing wage inequalities. The crucial danger lies in these phenomena contributing to fragment workers into groups who do not experience together the community and solidarity that can generate collective voice. These distressing circumstances are critically reinforced by the development of platform mediated work. Yet, addressing the pressing environmental problems inescapably requires reducing inequalities.

As put by Alfred Marshall "it is to changes in the forms of efforts and activities that we must turn when in search for the keynotes of the history of mankind". The way work is organized decisively affects the development of both individuals/ workers and society as a whole; the world of work must be given preeminent attention. The stake is particularly critical today with fragmentation paving the way for conflicts between workers and growing atomistic individualism. Without solidarity within the world of work, societies risk falling apart.

Our aim is to propose a conception of Solidarity in the World of Work that involves workers rather than the whole polity. The defining trait of solidarity is communality, which presupposes i) a collective of persons, who ii) have something in common which iii) engenders a sense of responsibility towards the co-members of the collective. Accordingly, the questions to

be addressed are: Firstly, who is in solidarity? Secondly, what do these persons have in common, what do they share? Thirdly, why are persons in solidarity – because they share feelings/sentiments or because of instrumental reasons? Fourthly, how does solidarity come to exist? Is it pre-given and natural or institutionally constructed? How can it be promoted?

The communication is structured as follows. Firstly, it argues that the fragmentation and polarization that characterize today's work are likely to be reinforced by the digital Taylorism and algorithmic management associated to digitization. Secondly, based on a conception of work inspired by Simone Weil, it elaborates a conception of Solidarity in the World of Work - as distinct from solidarity in the whole polity. Thirdly, it outlines the institutional arrangements and reforms needed to promote such solidarity, which requires mobilizing social policies, focusing industrial relations' strategies on inclusive and encompassing agreements, and developing industrial democracy at the firm level.

#### Palavras-chave

Solidarity in the world of work, social fragmentation



## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

### Habitação digna. Onde estamos e para onde vamos.

**Joana Pestana Lages**

Iscte Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

A proposta de comunicação centra-se em três projetos, um deles já finalizado e outros dois em curso, que interpelam diretamente o futuro pós-pandémico das nossas cidades, a partir da problemática da habitação precária.

A relevância desta discussão é sustentada por dois números significativos. O primeiro é referente ao já desatualizado Inquérito Nacional sobre Necessidades Habitacionais do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IRHU) que aponta cerca de 26.000 famílias com carências habitacionais graves. Mais precisamente: 14.748 edifícios e 31.526 habitações não dispunham de condições de habitabilidade mínimas. A pandemia encontrou, portanto, um problema sócio-espacial por resolver, especialmente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, com a capital a concentrar 55% dessas necessidades. Hoje, o problema agudizou-se, tal como expressam as Estratégias Locais de Habitação (ELH) aprovadas. Dados do Ministério da Habitação atualizados em dezembro de 2021, apontam para um universo ainda maior: os 124 municípios que aprovaram (ELH) indicam mais de 38 mil famílias e o número irá certamente subir.

O segundo número a reter, refere-se ao investimento previsto no âmbito do Plano Europeu de Recuperação e Resiliência para Portugal. Portugal terá 1,633 milhões de euros destinados a resolver a habitação precária, uma oportunidade para repensar novos modelos

de habitação, enquadrando também a nova geração de políticas de habitação para Portugal, concebida em 2018.

A nível europeu, pode enquadrar-se a problemática da habitação através do desafio lançado pela Presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, para a construção de uma 'New European Bauhaus' (NEB), que tem como objetivo principal responder aos desafios atuais do Pacto Ecológico e da construção de um futuro pós-pandémico. Esta 'Bauhaus 2.0' dirige-se à necessidade imperativa de descarbonizar a economia e encaminhar o setor da construção para a neutralidade climática até 2050 (responsável por cerca de 40% das emissões mundiais de CO2). A pandemia, inesperada e brutal nos seus impactos, mostrou-nos também a importância dos espaços e do seu desenho, o espaço doméstico, o espaço público, o espaço do (tele)trabalho. Alertou ainda para a crescente dificuldade em viver, pagar e manter uma habitação adequada. Um dado relevante é o aumento de 70% da população em situação de sem-abrigo na EU, apenas na última década.

É com este enquadramento, simultaneamente nacional e europeu que se apresentam três projetos. Num primeiro momento, aborda-se 'Como ficar em casa? Intervenções imediatas para combater a COVID-19 em bairros precários da Área Metropolitana de Lisboa', dirigido à participação das mulheres na implementação de intervenções rápidas tanto no espaço como nos hábitos quotidianos para combater a propagação do vírus. A partir deste projeto de curta duração, realizado no segundo semestre de 2020, questionam-se os tipos de respostas dados às situações em que 'ficar em casa' foi difícil ou mesmo impossível. Partindo dos workshops realizados em três bairros da área Metropolitana de Lisboa (AML), do inquérito a mulheres em condição de precariedade

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

habitacional, sistematizam-se as conclusões do projeto, que apontam para uma relação entre diferentes níveis de precariedade e a falta de respostas institucionais para fazer frente à crise habitacional, durante o primeiro ano de pandemia.

Num segundo momento discute-se o enquadramento teórico de um projeto iniciado em Janeiro de 2022, 'Care(4)Housing. A care through design approach to address housing precarity in Portugal'. [PTDC/ART-DAQ/0181/2021], uma reflexão sobre os cuidados, a produção de habitação e a necessidade de redefinir as políticas normativas e regulamentares que coloquem as pessoas no centro. Apenas iniciado, o contributo para a discussão centra-se no lançamento de pistas teórico-conceituais e metodológicas como forma de enquadrar as questões que sustentam o projecto no seu arranque.

Por fim, o terceiro momento apresenta a iniciativa criativa e interdisciplinar que estabeleceu a parceira do DINÂMIA'CET-Iscte com a NEB, focada no desafio de vivermos juntos: 'Togetherness'. Usando metodologias de sonho social (social dreaming) e narrativas visuais para a conceção de cenários futuros, num horizonte temporal para os próximos 50 anos, o projeto discute a participação cidadã na construção e no desenho da cidade, a incorporação de metodologias digitais e não-digitais, os modelos open-source e co-construídos. Também nos aproxima o conceito de direito à cidade, da justiça espacial, e o papel da academia na produção de conhecimento comprometido com os problemas atuais da sociedade.

Através destes três projetos, a comunicação pretende sistematizar a pesquisa em curso no DINÂMIA'CET desde 2020, refletindo sobre o papel crítico que a arquitetura pode desempenhar na proteção do bem-estar e segurança dos mais vulneráveis.

### Palavras-chave

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

### Morfologia de um habitat operário "Habitação e espaços verdes no Bairro da Sacor na Bobadela"

João Cunha Borges  
Rui del Pino Fernandes  
Teresa Marat-Mendes

Iscte Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

Esta comunicação resulta do cruzamento de dois projectos de investigação de doutoramento em curso: "Social urban forms at the millennial city scene" (SFRH/BD/148556/2019) e "Virtus in medium est" (SFRH/BD/151381/2021). O primeiro foca-se na transformação morfológica e socio-ecológica de territórios metropolitanos em Portugal e no Reino Unido; o segundo procura um conceito operante de "espaço urbano-rural" que promova habitats sustentáveis através da articulação de estruturas físicas e actividades tradicionalmente ligadas à cidade e ao campo, tendo por territórios de estudo Lisboa, Barcelona e Bucareste.

Apresenta-se um estudo sobre o Bairro da Sacor, construído para os operários desta Refinaria de Petróleo, na Bobadela (Loures, Região Metropolitana de Lisboa). O projecto contou com o desenho arquitectónico de Jorge Segurado, mas foi aos arquitectos paisagistas António Viana Barreto e Álvaro Ponces Dentinho que coube a articulação deste com o território e com o ecossistema pré-existente (Câmara, 2008; Alegria, 2012; Lucena, 2012). A proposta compatibilizou um desenho moderno com tipologias individuais e colectivas com a visão avançada pelo "Anteplano Regional Moscavide – Vila Franca de Xira" de Étienne e Nikita de Gröer, comprometida com os

conceitos da Cidade Jardim (Marat-Mendes et al, no prelo).

A apresentação confronta dois aspectos fundamentais da história do habitat, colhidos da obra de Spiro Kostof (1991): a forma urbana – dimensão física do edificado e dos espaços livres e de circulação – e processo urbano – o conjunto das forças institucionais, administrativas, sociais e culturais que determinam a continuidade ou a mudança na forma. Por outro lado, apresenta-se uma crítica a estes dois critérios, acrescentando-se a dimensão socio-ecológica, isto é, a expressão que tomam, no território, as actividades sociais (especialmente o trabalho) na transformação dos ecossistemas (Fischer-Kowalski & Weisz, 2016), dando-se assim continuidade a outros exercícios sobre a história socio-ecológica da Região de Lisboa (Marat-Mendes et al, 2016; Marat-Mendes et al, no prelo).

Para observar estas três variáveis recorre-se:

- A informação cartográfica e fotográfica, notavelmente em Cartas Militares e Fotografia Aérea;
- Análise de instrumentos de planeamento;
- Análise morfológica, com especial ênfase no território actual.

Analisa-se este caso por se crer que este contém lições importantes para informar o planeamento e o desenho urbano sustentáveis, mas também por se entender que, de momento, este Bairro não tem sido correctamente compreendido enquanto habitat – se por um lado a integridade do seu edificado tem sido adequadamente protegida, a dos seus espaços verdes foi largamente negligenciada.

Observar o Bairro da Sacor permite-nos comprovar, num caso concreto, o limite conceptual da tradição de planeamento urbano

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

portuguesa, assente ainda na oposição entre espaços urbanos e espaços rurais (Marat-Mendes et al, 2020) e portanto ineficaz na articulação destas duas polaridades, bem como na salvaguarda de paisagens que se posicionem ambiguamente entre elas.

As agendas internacionais, incluindo as mais relevantes no âmbito da União Europeia – “New Urban Agenda – Habitat III” (2016) e “2030 Agenda for Sustainable Development” (2015) – salientam a crescente importância de salvaguardar o direito à habitação, ameaçada continuamente por actividades económicas como o turismo e a especulação imobiliária, que promovem uma visão do parque habitacional enquanto activo financeiro, desvinculando-o da sua função primeira, a de albergar a população que vive e trabalha na cidade.

Embora este assinalar da importância da habitação seja essencial, deve notar-se que não basta assegurar o acesso à habitação, mas também questionar que tipo de habitação deve promover-se e como se enquadra esta no âmbito mais alargado de um habitat digno, de qualidade e sustentável.

A “Urban Food Agenda” da Food & Agriculture Organization (FAO, 2019), por exemplo, sublinha a necessidade de aumentar a auto-suficiência das regiões metropolitanas ocidentais, criticando o binómio urbano vs. rural, e promovendo em vez disso usos de solo diversificados, que conquistem espaço para economias locais e regionais, contrariando a total dependência do mercado global. A análise do Bairro da Sacor permite propor respostas a estes desafios, com a sua articulação de moradias em banda e blocos de habitação colectiva, e destas com quintais e hortas comunitárias – as últimas tragicamente eliminadas para criação de mais habitações – e também com os terrenos mal aproveitados da

antiga Estação Agronómica da Bobadela. São também relevantes neste quadro as articulações com a Bobadela, antiga aldeia saloia rodeada de quintas, tornada vila pelas extensões mais contidas ou mais ambiciosas que marcam a chegada da industrialização e de que se destaca, além do Bairro da Sacor, o Bairro Manuel Diniz, hoje parcialmente abandonado e devoluto.

Propõe-se assim uma análise morfológica que confronte o Bairro da Sacor com o seu contexto territorial imediato e equacionando os elementos construídos com os espaços verdes, com ênfase especial nos espaços produtivos. Além duma perspectiva histórica sobre o crescimento (desta parte) da Região Metropolitana de Lisboa, esta análise permitirá identificar práticas de referência para desenho urbano sustentável, que possam informar instrumentos de planeamento.

**Palavras-chave:** Cidade-Jardim, História do Planeamento Urbano, Habitat Sustentável, Habitação

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

### Mapping Biophilic Urban Structures for Lisbon

Krisztina Ramn

Teresa Marat-Mendes

Iscte Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

This presentation exposes the main goals and the programmatic agenda of a PhD research that is being developed at the *Doutoramento em Arquitectura dos Territórios Metropolitanos Contemporâneos*, financed by the Portuguese Science Foundation, with the title *Biophilic Urban Structures: An application in Lisbon*.

This research fits into the objectives 11 and 13 of the 2030 agenda of the United Nations and takes the municipality of Lisbon (European Green Capital 2020) as its case study. The main objective of this research is to evaluate the efficiency of its vegetation. The biophilic urbanism model supported by the principle of biophilia emerges as an opportunity that ease humans' relation with nature. Therefore, biophilia is here regraded as a strategic guideline for the Lisbon assessment, in terms of its vegetation inventory and mapping. The project aims to identify and design typologies of biophilic structures to support cities to become more sustainable and resilient in the future (Beatley, 2009, 2010, 2013, 2017), taking Lisbon as a case study. Thus, the project reflects on the importance of using adequate vegetation for the planning of biophilic cities, while favoring plant and tree characteristics that target decarbonization and have the capacity for thermal regulation and improve urban biodiversity, thus promoting more sustainable and resilient cities (Beatley and Newman, 2013). Another goal of this project

is to map existing biophilic structures that are more advantageous than the large number of architectural projects using more decorative methods (Xue et al., 2019).

Enquiring if the municipality's vegetation and urbanism plan benefit the health and wellbeing of its citizens and whether this results in environmental benefits (e.g. mitigating climate change and heat islands) and economic benefits (e.g. reducing absenteeism) for civil society and the public and private sectors is therefore an important contribution of this research. The starting point is to understand: i) whether the vegetation and urbanism plan in the municipality of Lisbon fits the principles of biophilic urbanism; ii) if it is resilient and efficient; and iii) if it can be increased, improved, perfected or modified while considering the ecological and landscape characteristics of the municipality of Lisbon, and benefiting the city and its citizens. Thus, the central hypothesis of this project is the following: Biophilic urbanism is needed in Lisbon and yet the existing biophilic structure is insufficient, still lacking the potential to markedly benefit citizens, and thus falling far short of the idea defended by a large number of works that suggest a positive impact of biophilic urbanism on metropolitan spaces. In Lisbon, this is the case as there is a mismatch between the idea and its practice, as represented by the types of vegetation chosen in different spaces of the city, and improvement is required in this regard.

The methodology that will support this research will be divided into the following phases: Historical analysis of the vegetation plans of the municipality of Lisbon after 1990; observation of the *Planeamento do Município de Lisboa* (February 1990), *Plano Estratégico de Lisboa PEL* (June 1992), *Plano Diretor Municipal PDM* (September 1994), the current *Plano de Estrutura Ecológica de Lisboa* (contained in the PDM of

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

31 August 2012) and the principles of the Carta Estratégica (2010–2024); systematic analysis of the vegetation plans implemented in the municipality, from the point of view of their characteristics and classification, including the identification and mapping of biophilic examples currently found in the municipality of Lisbon; systematic analysis of the climate and the physiographic, ecological and morphological characteristics of the municipality of Lisbon; a literature review based on research in the areas of landscape architecture, biophilic architecture, studies on vegetation plans in metropolitan areas and studies on the properties and characteristics of different trees and plants recommended for urban use for the prevention of heat islands, mitigation of climate change, reduction of CO2 levels, improvement of urban biodiversity and its application to the city of Lisbon; 20 semi-directive interviews with government actors, city council professionals in the field of the environment and green spaces, landscape architects, academics and non-governmental actors, followed by content analysis of the interview scripts, to understand their thoughts on the plan that will form the basis of this project.

The main expected result of this work is to map the biophilic structures and to build a repository of vegetation for Lisbon, which will

support the creation of green infrastructure with more biophilic structures to mitigate the effects of climate change and heat islands. This project presents an opportunity to improve urban biodiversity, along with the health and wellbeing of citizens while promoting healthier and more productive urban environments that could benefit the social fabric and the public and private sectors.

---

**Palavras-chave:** Lisbon; biophilic urbanism; vegetation; urban metabolism

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

### The eco-efficiency of agricultural firms in European Member States

**Maria José dos Santos**

Escola Superior de Comunicação Social, Instituto Politécnico de Lisboa  
Iscte Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

Climate change and global warming become great policy issues in the world in general and in agricultural production in particular due to the full dependence of these activities on climate conditions. Economic agricultural activities produce not only desirable outputs (e.g., food) but also undesirable outputs (e.g., CO<sub>2</sub> and methane emission, etc.). The important policy issue is how each Member State of the European Union can balance agricultural economic development and environmental protection to attain sustainable development and food security. This study aims to evaluate the eco-efficiency of European agricultural firms in the European Member States. The methodology includes a DEA model, where Gross Value Added of Agriculture (GVAA) is considered as the desirable output and Greenhouse Gases emissions as the undesirable output emissions from agriculture (gigagram CO<sub>2</sub> eq.). In this paper, an input-oriented single-output multi-input model was used for calculating the variable's returns to scale (VRS) DEA. This is justified because, in our hypotheses, we estimated global environmental efficiency in terms of European farmers' capacity to maximize the ratio GVAA/GHG given a certain bundle of inputs.

Information and data come from the World Bank database and are referred to the 3 years: 2006;

2014, and 2020. The inputs include agricultural land, employment in agriculture, and agricultural investment. The ratio GVAA/GHG is maximized given the restricted values of the other three variables. The paper analyses three periods, namely, 2006; 2014, and 2020 in order to evaluate: i) the impacts of Common Agricultural Policy (CAP) in eco-efficiency on agricultural firms; ii) the comparative analysis among periods, and; iii) the potential improvement in eco-efficiency of European agricultural firms during these periods in the 28 European Member States (EMS). That division includes the last three reforms of Common Agricultural Policy from the European Union.

Figure 1; 2 and 3 (in appendix) illustrates, respectively the results of eco-efficiency (EE) in agricultural firms in 2006; 2014 and 2020 in EMS. In order to complement those results Table 2 presents the comparative analysis of EE between the years (2006; 2014 and 2020) of agricultural firms from 28 EMS with some descriptive statistics. In all the results if the value of EE is closer to the unit, more efficient the farms of the countries are, which means that the agricultural firms of these countries are making the best use of resources to produce the maximum possible and at the same time is minimizing the environmental impact through GHG emissions. The results of Figures 1; 2 and 3 globally confirm that in general that Mediterranean countries (ME) (Italy; Greece; Malta; Romania and Spain); and the European Central countries Germany and United Kingdom (UK) present in general the highest values of EE. This last group of countries (Germany and the UK belongs to the EE since quite their foundation. Although the Mediterranean countries don't integrate the EU from its foundation because their integration on EU just occur about 1996, they had a long-time horizon and long periods of financial support from the various Multiannual

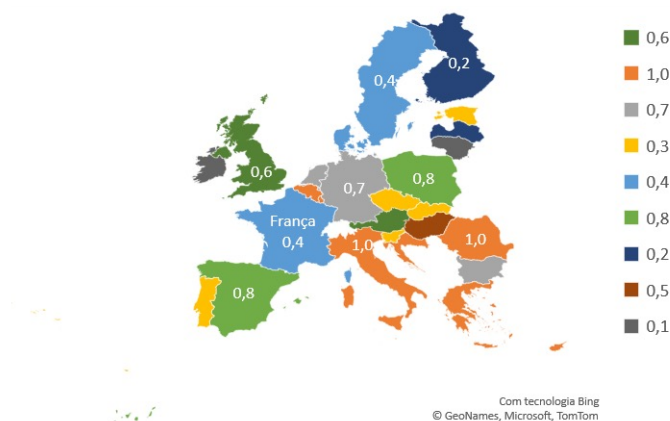
## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

Financial Frameworks (MFF) and CAP policies and programs since their integration about 1996. Therefore, they had enough time to move on to agricultural technological change and achieve in general the EE.

The results prove that on average the European agricultural firms have in general a medium level of efficiency besides occurs some differences among countries. The comparative analysis among CAP periods also shows a slow improvement of environmental efficiency of European agricultural firms among countries. However, the countries with more contribution to Gross Development Agricultural Product presents in general low levels of eco-efficiency. That represents a conflict between environmental and economic sustainability and represents a great challenge in the future in terms of CAP policies and institutional measures to promote agricultural sustainability.

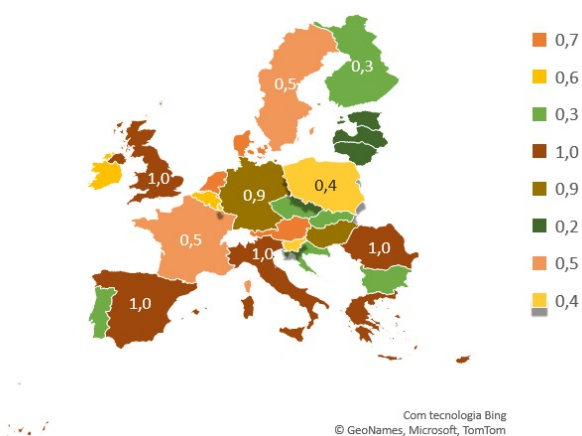
### Palavras-chave

European agricultural firms; environmental efficiency; stochastic frontier model; agricultural sustainability; Common Agricultural Policy.



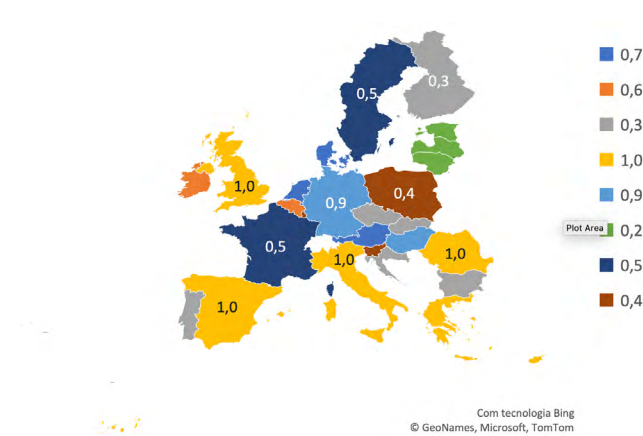
**Figure 1.** Environmental Efficiency of agricultural firms in 2006 in European Member States

Source: author's calculations



**Figure 2.** Environmental Efficiency of agricultural firms in 2014 in European Member States

Source: author's calculations



**Figure 3.** Environmental Efficiency of agricultural firms in 2020 in European Member States

Source: author's calculations



## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

**Table 1.** EComparative analysis of Eco-Efficiency among years of agricultural firms from 28 Member States in European Union

Country	Values of Eco-efficiency for the baseline year (2006)	Values of Eco-efficiency in 2013	Values of Eco-efficiency in 2020	Variation of Eco-efficiency between 2006 and 2020
Austria	0.558	1.000	0.670	increasing
Belgium	1.000	0.709	0.554	decreasing
Bulgaria	0.687	0.551	0.331	decreasing
Cyprus	1.000	1.000	1.000	constant eco- efficient
Czech Republic	0.299	0.470	0.292	quite constant
Germany	0.681	1.000	0.883	increasing
Denmark	0.423	0.386	0.665	Increasing
Spain	0.767	1.000	1.000	Increasing achieve eco-efficiency
Estonia	0.300	0.325	0.197	decreasing
Finland	0.190	0.360	0.278	increasing
France	0.437	1.000	0.511	increasing
United Kingdom	0.591	0.514	1.000	Increasing achieve eco- efficient
Greece	1.000	1.000	1.000	constant- efficient
Croatia	1.000	0.869	0.311	decreasing
Hungary	0.500	1.000	0.895	increasing
Ireland	0.116	0.058	0.561	increasing
Italy	0.950	1.000	1.000	constant eco- efficient
Lithuania	0.120	0.250	0.211	increasing
Luxembourg	1.000	0.258	0.388	decreasing
Malta	1.000	1.000	1.000	constant eco- efficient
Latvia	0.233	0.179	0.190	decreasing
Netherlands	0.748	0.653	0.706	decreasing
Poland	0.808	1.000	0.449	decreasing
Portugal	0.335	1.000	0.304	decreasing
Romania	1.000	1.000	1.000	constant eco- efficient
Slovak Republic	0.295	0.312	0.296	increasing
Slovenia	0.294	0.197	0.400	increasing
Sweden	0.364	0.752	0.548	increasing
<b>Mean of Total eco-efficiency</b>	<b>0.596</b>	<b>0.673</b>	<b>0.594</b>	quite constant
<b>Number and % of countries that increase the Total eco-efficiency</b>		14 (50%)	11 (39,3%)	12 (42,9%)
<b>Number and % of countries that maintain the Total eco-efficiency</b>		5 (17,9%)	7 (25%)	7 (25%)
<b>Number and % of countries that decrease the Total eco-efficiency</b>		9 (32,1%)	10 (35,7%)	9 (32,1%)

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

### The potential of digitalization and sharing in consumer goods to ensure decent living standards and reduce carbon emissions

**Nuno Bento**

Iscte Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

The growing demand of consumer goods increases the pressure on material consumption while putting at risk the efforts to decarbonize and limit global warming to 1.5°C. Appliances are among the fastest growing categories of energy demand, driven by increase in revenues and rising ownership of devices.<sup>1</sup> They already account for 15% of global final electricity demand, or one-third of the energy consumed in buildings if lighting and cooking is included.<sup>2</sup> If demand keeps increasing at the same pace, overrunning the improvements in energy efficiency, one out of six units of final energy demand in 2050 will go to consumer goods (i.e. appliances and electric plug-loads)<sup>3</sup>, even in a low energy demand scenario.<sup>4</sup> This would put at risk the efforts to reduce the energy consumption in buildings,

which already account for 60% of global electricity demand, corresponding to 28% of global energy-related CO<sub>2</sub> emissions in 2019.<sup>5</sup>

New technological and social innovations open opportunities to conciliate the higher demands for consumer goods with the decarbonization targets. Two trends are particularly promising to reduce the energy demand from appliances, without lowering the provision of energy services (e.g. communication, entertainment, cool and heating): digital convergence and sharing economies.

Digital convergence refers to the tendency of stand-alone objects to converge onto new devices, creating hybrid “multifunctional” objects.<sup>6</sup> The typical example is the smartphone that converged previously unrelated technologies such as the telephone, television and computer through an increasing interplay of shared parts consisting of digital electronics and software including applications or “Apps”.

Sharing economy denotes the case in which an otherwise underutilized good or service, such as cars or devices, is used by multiple people, as opposed to its ownership for individual consumption. Moving from owning to sharing

<sup>1</sup> Dornbusch, R., Fischer, S. and Startz, R., 2014, Macroeconomics 12<sup>th</sup> edition, McGraw-Hill.

<sup>2</sup> IEA (2017). Energy Technology Perspectives 2017 - Catalysing Energy Technology Transformations. OECD/IEA, Paris.

<sup>3</sup> Consumer goods are by definition products that consumers buy to perform one or several services (lighting, cooking, entertainment, etc.) for their own (direct) use, as opposed to capital goods that are mainly used in business. They can include all sort of plug-loads in buildings that are not fixed and dedicated to thermal comfort. Large and small household appliances, such as refrigerators and radio alarm clocks respectively, are a major group of consumer goods. For this reason, in the rest of this paper, we will be referring to these goods interchangeably as consumer goods, appliances, equipments or devices.

<sup>4</sup> Grubler, A., Wilson, C., Bento, N., Boza-Kiss, B., Krey, V., McCollum, D. L., ... & Cullen, J. (2018). A low energy demand scenario for meeting the 1.5 C target and sustainable development goals without negative emission technologies. *Nature Energy*, 3(6), 515-527.

<sup>5</sup> IEA (2020). Tracking Buildings 2020, <<https://www.iea.org/reports/tracking-buildings-2020>>.

<sup>6</sup> E.g.: Bainbridge, W. S., & Roco, M. C. (Eds.). (2016). Handbook of Science and Technology Convergence. Switzerland: Springer International Publishing.

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

presents several benefits such as more intensive use of the good or service, waste minimizing (circular economy) and reduction in the material needs (dematerialization).

Sharing economy and digital convergence can therefore contribute to significantly lower the demand of consumer goods. They open promising avenues to lower both the energy demand and the material consumption from appliances. The environmental benefits could be of several orders of magnitude by service provided, largely compensating any possible rebound in consumption.<sup>7</sup> More importantly, digital convergence and sharing could enable the widespread access to the services provided by modern consumer goods (entertainment, communication, lighting, etc.), particularly to the population in developing countries where their access is more limited today.

The purpose of this paper is to estimate the potential of digital convergence and sharing economy to reduce the energy demand from consumer goods and to dematerialization in 2050 for meeting the 1.5°C target and the sustainable development goals.

We develop a scenario that satisfies the demands

for consumer goods in 2050 while ensuring decent living standards for all. This scenario reduces the energy demand by roughly a third and the material consumption by a fifth relatively to 2020. The results contribute to identify strategies that drastically lower the energy and material requirements from consumer goods. The analyses identify the categories of appliances with the highest potential for energy and material reductions. The regional disaggregation reveals the areas that will contribute the most for the growing demand of consumer goods, and thus should receive more attention. Finally, and more importantly, the results show that digital convergence and sharing can counteract the increase in energy demand of consumer goods from raising revenues and the provision of decent living standards, with lessons for other sectors.

**Palavras-chave:** technological change; sustainability transitions; decent living standards, consumer goods, digital convergence, sharing.

<sup>7</sup>E.g.: Sorrell, S., Gatersleben, B., & Druckman, A. (2020). The limits of energy sufficiency: A review of the evidence for rebound effects and negative spillovers from behavioural change. *Energy Research & Social Science*, 64, 101439.

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

### O Serviço de Belas Artes da Fundação Calouste Gulbenkian e o apoio à prática, investigação e aperfeiçoamento artístico em Portugal (1960-1979)

**Patrícia Bento d'Almeida**  
**Teresa Marat-Mendes**

Iscte Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

O Serviço de Belas Artes da Fundação Calouste Gulbenkian (SBA-FCG), criado em 1960 e extinto em 2010, teve na sua génese o objetivo de apoiar e subsidiar financeiramente a produção, a reflexão e a investigação nas áreas das artes visuais, da arqueologia, da história da arte, do património, do teatro e do cinema (AAVV, 2021). Antes da sua criação, o apoio financeiro atribuído pela Fundação a estas mesmas áreas foi facultado pelo Serviço de Museu e Belas-Artes (1956-1960). Dirigido pela museóloga Maria José de Almeida Furtado de Mendonça (1905-1984), este serviço propiciou ainda, com o apoio dado aos artistas, as primeiras aquisições para a Coleção de Arte Moderna e Contemporânea da Fundação (FCG, 2007).

Entre 1960 e 1992 o SBA-FCG foi dirigido pelo historiador e crítico de arte Artur Nobre de Gusmão (1920-2001), tendo sido sucedido por Fernando de Azevedo (1923-2002) entre 1992 e 1994 e Manuel Costa Cabral (n. 1941) entre 1994 e 2010, quando extinto.

Os concursos para a atribuição de Bolsas de Estudo de Especialização e Valorização Profissional em Artes ocorriam uma vez por ano, e destinavam-se a todos aqueles que comprovadamente carecessem de recursos

para poder realizar, no país ou no estrangeiro, o programa de estudos a que se propunham (FCG, 1975), fosse este inerente à prática, à investigação ou ao aperfeiçoamento artístico (Oliveira, 2013). O domínio das “Artes” abrangia candidaturas centradas nas artes aplicadas, na crítica da arte e na estética, mas também noutras direcionadas para o design, a fotografia, a gestão das artes, a museologia, a conservação, a arquitetura e o urbanismo.

Contemporâneo ao arranque da concessão de bolsas pelo SBA-FCG foi inaugurado o edifício Calouste Gulbenkian (1962), projetado por Januário Godinho (1910-1990) e João Andresen (1920-1967), no campus do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC). Este edifício foi projetado para acolher o “centro de investigação científica e técnica fundamental e cooperação internacional no domínio da engenharia civil”, hoje denominado de Edifício Calouste Gulbenkian, em “homenagem ao patrono da Fundação, que financiou a sua construção e apetrechamento” (LNEC, 1957; Freire et al., 2017: p.12). No LNEC a investigação centrada no domínio da arquitetura e do urbanismo teve início em 1961, aquando da implementação da primeira Lei Orgânica, ocorrendo na Divisão de Construção e Habitação, localizada no edifício principal. Na Divisão de Construção e Habitação e na unidade orgânica que lhe sucedeu em 1969 – a Divisão de Arquitetura –, até à Revolução de Abril de 1974, os principais temas de investigação desenvolvidos centravam-se nos domínios da habitação, da análise do projeto arquitetónico e dos sistemas construtivos (d'Almeida et al, 2020; d'Almeida e Marat-Mendes, 2021). Nuno Portas foi o coordenador da equipa de investigação que envolveu um conjunto de jovens arquitetos, recém-licenciados, e que no LNEC deram início à sua prática de investigação. Estas duas décadas representam um momento chave no desenvolvimento da investigação em arquitetura

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

em Portugal, que carecem de maior investigação. Com base no material depositado nos arquivos e biblioteca da Fundação Calouste Gulbenkian e do LNEC, para o período temporal compreendido entre as décadas de 1960 e 1970, propomos a identificar: i) quem foram os arquitetos, artistas e/ou as entidades financiadas pelo SBA-FCC; ii) que tipos de financiamentos foram atribuídos pelo SBA-FCC; e iii) se, nos candidatos a financiamento, estavam incluídos arquitetos investigadores do LNEC.

Esta investigação oferece um manancial de informação ainda por tratar. A sua relevância para a identificação dos temas propostos a financiamento, e na procura e participação por parte de arquitetos investigadores do LNEC, sugere-nos ser um campo de investigação central para melhor conhecermos e atualizarmos o estado da arte da investigação em arquitectura e urbanismo desenvolvida e experimentada em Portugal nas duas últimas décadas em que a ditadura operou no nosso país.

Esta apresentação esboça os primeiros resultados da investigação aqui proposta e que se insere no âmbito do projeto de pós-doutoramento, *O LNEC e a História da Investigação em Arquitectura* (SFRH/BPD/117167/2016).

---

**Palavras-chave:** Serviço de Belas Artes da Fundação Calouste Gulbenkian; Laboratório Nacional de Engenharia Civil; Investigação; Arquitetura

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

### Modelo Conceptual: Entendimento do papel do ser humano no planeta”: Diálogo social com o território

Paula Cristina Barros<sup>1</sup>  
Ana Patrícia Duarte<sup>2</sup>  
Margarida Perestrelo<sup>1</sup>

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal  
Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, BRU-IUL, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

No contexto de mudanças socioeconómicas, que desencadeiam perguntas de partida para responder a uma sociedade contemporânea mergulhada no paradoxo da economia (capitalista, social e solidária) com impactos na saúde e qualidade de vida, urgem respostas que estabeleçam um diálogo dinâmico, transdisciplinar e multidisciplinar, agregador ao invés de limitado a determinada área da investigação e do conhecimento.

É neste diálogo que se apresenta a análise do “Modelo Conceptual: Entendimento do “papel” do ser humano no planeta” (Barros, 2019) e como pode o mesmo convergir em respostas para as quais ainda não se formularam todas as perguntas.

Falamos na sociedade contemporânea em conceitos embebidos em filosofias como resiliência, associada a Sisu oriundo da Finlândia (Lahti, 2019) ou da Índia pelos Vedanta (Patwardhan, 2014) como uma prática holística de corpo e mente em harmonia com a consciência superior. Coincidentemente os conceitos de bem-estar (Broom, 1991) e bem-estar subjetivo (Strack, Argyle, & Schwarz, 1992) remetem-nos para uma observação entre um paradoxo entre saberes populares, passados por gerações em

determinado território na procura do *el dourado* o que os estoicos definiam como felicidade (Oliveira, 2022) e condições.

Assim o presente artigo evoca os termos qualidade de vida e satisfação para clarificar o entendimento do Modelo Conceptual e anulando as ideias pré-concebidas em torno da lexicografia que tem criado discussões como Lombas (2016) apela a uma lexicografia.

Neste modelo a autora propõe as características de bem-estar externas ao ser humano, referente a condições e redenominação do termo bem-estar subjetivo para bem-sentir, sendo que estas características se consideram internas ao ser humano.

O modelo também propõe que todo o ser humano parte de um determinado contexto de vida e que a dinâmica entre eventos de bem-estar e bem-sentir albergam um processo de aculturação, a que se chama educação, como nos propõem os autores Freire (Ecco, 2019) e Bourdieu (Rezende, 2022).

No conceito externo de bem-estar, Barros (2019) identifica dimensões que salvaguardam o legado geracional na partilha de saberes e entendimento, contrapondo o movimento social de utilidade do papel dos avós como geração “cuidadora” (António, 2010; Thompson & Walker, 2016), a economia solidária (Solidária, 2009) nos conceitos de reciprocidade de “(dis) embeddedness” por Polanyi (Machado & Cardoso, 2010), desencadeando o processo de sustentabilidade nos pilares económicos, ambientais e sociais conforme foram encadeados por Elkington (2013) no conceito “Triple Bottom Line”.

Apresentado o Modelo Conceptual formulamos a pergunta de partida para este diálogo com o território: “Qual é o meu papel enquanto dinamizador de determinado território?”

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

Para encontrar respostas que instiguem a uma maior perceção, como alega Barros (2019) no seu modelo conceptual, recorrendo às palavras, ética, responsabilidade e governação, nos termos de qualidade de vida e satisfação, revemos conceitos de literatura em Portugal como sejam poder local (Teles, 2021), participação local (Lima & Amaro, 2016) e como reorganizar o país (Reis, 2020).

A resposta não é linear porque como Neves (Reis, 2020) escreve no livro *“Como reorganizar um país vulnerável” sobre “interesses privados, custos sociais: como ultrapassar vulnerabilidades sistémicas que persistem?”* a dependência de um sistema económico orientado para o lucro constitui uma vulnerabilidade e que é necessário alterar esta dependência deixando a economia de viver do lucro (Reis, 2020).

Consideremos então a noção que não é só a economia capitalista que expõe determinado território à vulnerabilidade e concomitantemente consideremos relevantes as linhas que escreve Lima e Amaro na Revista da Economia Solidária nº9 (2016) na conclusão que não existe homogeneidade relativa à forma de participação e contributo para o conceito de desenvolvimento local do território, contudo identificam-se constrangimentos que impedem de o fazer *“destacando-se os condicionalismos inerentes ao centralismo do poder local.”* (Lima & Amaro, 2016, p. 163).

Não menos importante será refletir na abordagem integrada que Teles (2021) desenvolve:

*“Mas descentralizar obriga, acima de tudo, uma abordagem integrada das várias dimensões deste problema: território, escala de governação, competências de cada jurisdição, autonomia, articulação multinível, lei eleitoral, fiscalidade, funcionamento dos órgãos autárquicos, administração local e capacidade institucional”* (Teles, 2021, p. 71)

Promovendo o entendimento entre o Modelo Conceptual e os conceitos supra descritos podemos afirmar que para o ser humano se posicionar, elementos externos de estado de bem-estar estão descritos por via do modelo de Governação do Estado, mas será isso indício que o bem-sentir fica refém de tais políticas?

Encontramos no conceito de reciprocidade em forma de organizar o ser humano e fazer valer uma prática que há muito nos é familiar e que posiciona o ser humano no papel de decisor do desenvolvimento do território.

Estas entidades da economia social denominadas de Associações Mutualistas podem pelos seus Princípios inscritos no Código das Associações Mutualistas (Ministros, 2018) como sejam, liberdade, democraticidade, igualdade e não discriminação, independência e autonomia, solidariedade, responsabilidade, constituir um vetor de Responsabilidade e Ética do ser individual numa aplicação complementar ao Estado mas que prevê dar voz aos seus associados e necessidades de desenvolvimento territorial.

Concluimos com a premissa de que o caminho é complexo, mas podemos afirmar que se o ser humano se posicionar ciente de que tem um papel a desempenhar em todas as áreas de vida na perspetiva de qualidade e saúde no que nos remete à satisfação é central que a forma de organizar o território passa por ser este papel de dinamizador o legado dos saberes, a dádiva de usufruir reciprocamente em matizes de economia solidária, no caso as Associações Mutualistas, para deixar um planeta melhor no que se procura com o termo sustentabilidade.

**Palavras-chave** Bem-estar – Bem-sentir – Territórios – Associações Mutualistas - Sustentabilidade

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

### The reform of vocational higher education in Portugal: policies, institutions and graduates

**Pedro Videira**

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

Tertiary short-cycle degrees have emerged in the 1960's across Europe and rapidly multiplied under the massification of higher education (HE) systems and increasing demand for higher-level qualifications. The variety within short-cycle vocational HE has nevertheless been tremendous regarding both size and range of programs and institutions across different national systems (Slantcheva-Durst 2010). The implementation of the Bologna process from 1999 onwards has, as in many other areas of HE, contributed to a substantial restructuring of non-university HE (Teichler 2008) providing some degree of standardization to short-cycle vocational HE (Bologna, 2004) and to its role in increasing employability (Baartman and Ruijs 2011), lifelong-learning and widening access to HE (Adelman, 2009). These degrees are now aimed simultaneously at preparing graduates for the labour market as well as to their continuation of higher-level studies. This redefinition poses major challenges to national systems and its interactions with the world-of-work (Slantcheva-Durst, 2010) while even more than in other areas, short-cycle vocational HE still maintains a substantial degree of variability across (and sometimes within) national HE systems (European Commission 2020).

In Portugal, vocational HE has been recently promoted through several policy initiatives, namely the creation of the C'Tesp (Professional Superior Technical Degrees) short-cycles, in 2014-

2015. Among the ambitious goals behind behind this reform were: i) to both increase and promote greater equity in access to higher education by targeting students which would not traditionally pursue higher education, namely those coming from vocational paths in secondary education or adults in lifelong-learning; ii) to bridge a perceived gap between higher education's offer and firms' skill needs by involving firms in higher education training; and iii) to both increase differentiation in the Portuguese binary system and encourage the contribution of polytechnic institutions to regional labour markets and development. In Portugal a significant number of studies were already undertaken on the development and role of the polytechnic subsystem as a whole (Ferreira et al. 2008; Hasanefendic 2017; Hasanefendic et al. 2016) as well as on specific themes within the polytechnic subsystem such as its contribution to regional development (Alves et al. 2015; Santoalha et al. 2017), academic and institutional drift processes (Carvalho and Diogo, 2020) and in increasing access and equity in higher education (Heitor and Horta 2014). The latter remains an absolute priority especially regarding professional secondary school graduates as well as the 'under-qualified' adult population (Pedrosa, 2018). However, on the implementation and impact of the vocational C'Tesp short-cycles only a few studies have addressed this issue (Hasanefendic et al. 2016; Alves et al. 2015; Heitor and Horta, 2014; DGES, 2019) and usually with relatively narrow case-study approaches at specific institutional or degree levels. Although such studies have provided some relevant insights concerning pedagogical methodologies in C'tesp delivery (Alves et al. 2015) or on the impact of these short-cycles in broadening access to HE (Hasanefendic et al. 2016) the literature is still lacking a comprehensive study on the implementation of this reform at the system level, its impacts on equity in access to HE, on the professional trajectories of these students as well as on the



## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

cooperation between HE and other stakeholders in training-related activities within this program. To bridge this gap, we have successfully proposed to FCT an individual research plan based on secondary and primary data collection and analysis (namely through surveys and interviews to HEIs decision-makers, graduates and firms) and a strong dissemination component. The ultimate goal being to better inform decision-makers at various levels and improve the efficiency of vocational HE delivery in Portugal.

Based on an extensive literature review on vocational HE in Europe and in Portugal, as well as the available secondary data on C'Tesp implementation in Portugal from 2014-2015 onwards, the purpose of this presentation will be twofold. First, we wish to contribute to the theoretical discussion on vocational HE in Portugal and on the rational and strategic dimension of this important reform in Portuguese HE. Secondly, we want to explore the existing data on its implementation in terms of the degrees being offered, the relations established with firms and other stakeholders in HE delivery, as well as the main trends concerning students and graduates.

Since the start of this reform in 2014-2015, these degrees have shown a remarkable growth, which demonstrates that both in terms of the training offer as well as in student demand, this initiative has been a notable success. However, some imbalances still persist, namely at the regional level and in terms of gender distribution, as well as some insufficiencies in the pursuit of the reform's objectives and which merit further reflection and actions by higher education institutions and national decision-makers. Among these, we highlight the need to include a higher number of adults looking for HE qualifications, a pressing need given the still relatively low levels of higher education among this population in Portugal.

**Palavras-chave** Higher Education; Vocational Education; Employability; Employer engagement

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

### Paisagens pós-conventuais: reutilização do património, sustentabilidade e resiliência rural<sup>1</sup>

**Rolando Volzone**

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

As ordens religiosas são um fenómeno ancestral, desde o século XII, com forte impacto nas esferas política, social e cultural. No Alentejo, a fixação destas ordens em áreas pouco povoadas contribuiu para a ocupação humana de zonas rurais. As implantações conventuais eram repositórios orgânicos, reunindo conhecimentos heterogêneos, e verdadeiros laboratórios de aplicação deste conhecimento. Em 1834, a dissolução das ordens religiosas em Portugal e a conseqüente secularização e venda do seu património pelo Estado, levou à perda de valores simbólicos, culturais e técnicos na maioria das 131 implantações identificadas no Alentejo através de investigações anteriores. Quase 200 anos depois, encontram-se complexos de património cultural subutilizados, abandonados ou em ruínas, testemunhos da história e da identidade das suas comunidades locais. Este número corresponde a cerca de 25% de toda a rede conventual do Alentejo, representando um recurso endógeno inativo. Além disso, é cada vez mais comum a transformação destes complexos conventuais em hotéis de gama alta sem qualquer análise prévia ou avaliação de impactos.

O projeto Convent(us) parte da necessidade de i) conhecer, conservar e valorizar o património conventual do Alentejo nas suas componentes

materiais e imateriais; ii) promover o desenvolvimento socioeconómico de territórios fragilizados e de baixa densidade através de um turismo cultural sustentável. A investigação proposta visa o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais do interior do Alentejo através da rede dispersa do legado conventual subutilizado. Pretende-se aprofundar o conhecimento desta rede, dos seus territórios e promover o seu valor histórico e atual, de forma a atrair novas dinâmicas de fruição cultural e turística, com efeitos na competitividade e no desenvolvimento socioeconómico.

Três casos pilotos em Montemor-o-Novo, Fronteira e Moura, representam âncoras nas três sub-regiões (Alentejo Central, Alto, Baixo). A análise integrada multidisciplinar, com a participação de agentes públicos e privados, centra-se no estudo, preservação, refuncionalização e promoção de conjuntos patrimoniais, comunidades e paisagens envolventes – componentes materiais e imateriais –, de modo a promover a transição para um território coeso, seguro, resiliente e sustentável, através de novos usos e apropriações dos recursos endógenos e do fomento de iniciativas de turismo cultural em rede.

O processo de investigação transdisciplinar procura interligar 3 dimensões: i) património cultural e natural conventual do Alentejo (arquitetónico, paisagem, tradições e práticas culturais, processos de produção ancestrais); ii) as comunidades locais (tendo em conta as suas características e necessidades, saberes e práticas); iii) o desenvolvimento de turismo cultural sustentável.

O projeto abrange três fases principais interligadas: i) recolha da informação com o envolvimento das comunidades, parceiros e partes interessadas; ii) tratamento e análise da

<sup>1</sup>O projeto Convent(us) tem sido submetido ao Concurso de Projetos de I&D em Todos os Domínios Científicos em 2021 e, numa versão atualizada, ao quarto Concurso do Programa "Promove" da Fundação "la Caixa", em Janeiro de 2022. Os centros DINÂMIA'CET-Iscte, CHAIA-UEvora, TRIE-ULHT, CHAM-FCSH/UNL, Politécnico de Portalegre.

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

informação; iii) produção e disseminação do conhecimento.

Em termos de evolução no estado da arte, o Convent(us) contribui através i) de um censo da espacialidade e da materialidade conventuais resultantes do processo de dissolução e secularização das mesmas e da relativa subutilização; ii) da análise inédita de uma importante fonte de arquivo (os inventários de extinção das ordens religiosas); iii) do envolvimento da comunidade na construção do conhecimento através de Laboratório Participativos que permitem a recolha de saberes, práticas e memórias das comunidades; iv) do estudo do património, não apenas como memória estática, mas como motor de desenvolvimento futuro; v) de ferramentas promotoras de práticas inovadoras e competitivas de empreendedorismo e do estilo de vida em comunidades rurais periféricas, frequentemente empobrecidas, nomeadamente no sector do turismo; vi) da definição de um plano estratégico para o património cultural subutilizado para fruição cultural e turística, privilegiando os interesses e o bem-estar das comunidades residentes.

O uso de novas formas de análise e interpretação do património, nomeadamente através das novas

tecnologias, o fomento de novos usos e sinergias, particularmente no campo do turismo cultural, pode ser replicando e potenciado no âmbito da rede conventual do Alentejo, mas também para além desta. A rede pode expandir-se em territórios transfronteiriços – na zona raiana, por exemplo –, criando sinergias com a Estremadura, mas também em qualquer outra região do país, tendo em consideração que, ao longo dos últimos séculos, foram fundados cerca de 1000 conventos em Portugal, mantendo apenas 1% as suas funções originais.

**Palavras-Chave** Territórios rurais, Desenvolvimento sustentável, Património conventual subutilizado

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

### Paisagens a transformar: Para um conceito operante de espaço “urbano-rural”

Rui del Pino Fernandes

Teresa Marat-Mendes

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

As ordens religiosas são um fenómeno ancestral, Com esta apresentação pretende-se dar a conhecer o projecto de doutoramento em curso, intitulado “Virtus in medium est - History and Planning towards an urban- rural future” (SFRH/BD/151381/2021). Este trabalho procura uma definição de espaço “urbano-rural” operante para políticas públicas de planeamento e práticas de desenho urbano e de concepção de variados espaços verdes – especialmente de produção. Procura-se um compromisso entre elementos da cidade e do campo no sentido de um habitat sustentável e comunidades mais autónomas. Neste sentido, importa também assinalar que não são estanques as noções de urbano e rural, pelo que será necessário compreendê-las no contexto da sociedade e da cultura contemporâneas – em que frequentemente se interpenetram – entendendo embora como as noções contemporâneas evoluíram historicamente.

A selecção de casos-de-estudo – Lisboa, Barcelona e Bucareste – procura uma maior proximidade com a matéria em estudo através da procura de soluções morfológicas de referência apoiadas no paisagismo, diversidade tipológica e no uso contemporâneo do espaço urbano.

Assim, a presente investigação assenta na ideia de que o futuro das cidades dependerá da sua relação formal e funcional com a

biodiversidade. Deste modo propõem-se repensar o planeamento à luz de uma “cultura de território” (Ferrão, 2011) diferente. Se esta designa a compreensão das suas características morfológicas, históricas, geográficas e socio-políticas do território, aqui observam-se estas dimensões questionando a dicotomia tradicional entre o campo que produz e a cidade que consome.

Esta abordagem encontra-se expressa no âmbito da “Urban Food Agenda” da Food and Agriculture Organization (2019) das Nações Unidas. Aí sugere-se pensar a resiliência e a sustentabilidade à escala da cidade-região, reconhecendo as carências e potencialidades do território, no sentido de promover ligações entre produtores e mercados, bem como entre sistemas alimentares de escala e práticas de agricultura urbana e periurbana. Já na “New Urban Agenda – Habitat III” (2016), chama-se a atenção para os graves problemas com a habitação nas cidades, onde o crescimento demográfico e a escalada no custo de vida geram graves problemas de sustentabilidade social. A articulação entre estes dois assuntos patentes em agendas internacionais beneficiaria da articulação do espaço habitacional (individual e colectivo) com o território em que este se insere.

Desta perspectiva, embora o desenvolvimento de tipologias de habitação e de espaços públicos, sejam, separadamente, temas prolíficos na história da arquitectura e do urbanismo, o estudo do habitat humano como um binómio “habitação/espaço verde” tem sido opção pouco explorada. Fernández Guell afirma que “A la hora de abordar un ejercicio de prospectiva, sólo hay un lugar del cual podemos extraer imágenes del futuro: el pasado.” (Guell, 1997: 58. Nesta medida quais são as ferramentas que dispomos para empreender um futuro sustentável no território urbano, partindo duma leitura da sua evolução?

Esta investigação procura responder a esta

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

pergunta por recurso a duas frentes de trabalho.

A primeira passa pela análise de três territórios (casos-de-estudo): Lisboa, Barcelona e Bucareste. Confronta-me assim diferentes situações geográficas (Lisboa e Barcelona no litoral, Bucareste no interior) e administrativas (Lisboa e Bucareste, capitais nacionais e regionais, Barcelona apenas regional). Em relação à estrutura urbana, também há contrastes importantes, sendo que em Lisboa e Barcelona a expansão da povoação histórica compacta assenta em malhas regulares e quarteirões urbanos e em Bucareste com uma malha histórica dispersa, constituída por casas com quintais verdes e uma expansão constituída por eixos marcadamente urbanos. Um aspecto pouco notado tem sido a medida em que projectos de expansão ou modernização implicaram o eliminar de espaços rurais.

A segunda procura a sistematização de soluções morfológicas de referência colhidas da história da arquitectura, do paisagismo e dos usos contemporâneos do espaço urbano que se enquadrem nestas preocupações.

A revisão de literatura em curso tem encontrado, na história de várias disciplinas com âmbito espacial um repositório rico e por vezes pouco explorado na articulação entre urbano e rural. É o caso das experiências de Migge na Alemanha do entre-guerras, onde se procurava a inserção duma paisagem produtiva em bairros residenciais, essencial para compreender o cruzamento entre campo e cidade, entre paisagismo e arquitectura (Haney, 2010). Steel (2008) e Salvador (2019) abordam a transformação do território, assim como a relação entre a alimentação, produção e consumo no cruzamento entre o urbano e o rural de um ponto de vista histórico, utilizando a evolução do território. Batlle (1997) e Bohn & Viljoen (2014) vêem na horta urbana uma ferramenta de transformação urbana e social,

procurando encontrar soluções para diferentes escalas de problemas tendo em comum uma ideia de sustentabilidade urbana e de ligação com a periferia e o campo. A exposição de Marot (2019) 'Taking the Country's Side – Agriculture and Architecture' idealiza cenários futuros como culminação de processos civilizacionais no tempo profundo (Gandy, 2018), enfatizando as ligações entre o desenvolvimento social e a paisagem.

Além de contribuir para um tema com relevância académica, este trabalho explora algumas metas estabelecidas por agendas internacionais. Estas agendas apesar da base territorial das suas propostas, precisam ainda de ser interpretadas numa perspectiva espacial, que concretize as acções propostas para a sociedade e a economia no âmbito do desenho urbano e da arquitectura, através dos quais, idealmente, se projecta a transformação do habitar humano. É no cruzamento entre estes objectivos políticos e as áreas relacionadas com o desenho que este trabalho pretende inserir-se.

**Palavras-chave:** Planeamento urbano; Espaços Verdes; Tipologias Habitacionais; Urbano-Rural

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

### Habitação em Democracia: Estruturas morfológico-sociais das políticas de habitação na Área Metropolitana de Lisboa

Sara Silva Fernandes

Teresa Marat-Mendes

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

Os debates relacionados com as questões da habitação na esfera pública e política marcam presença recorrente e cíclica. Na última década a temática da habitação tornou-se num objecto com maior visibilidade e relevância, seja nas discussões teóricas nacionais e internacionais, seja em acções políticas ou da sociedade civil.

As sucessivas crises financeiras e a emergência global de saúde pública evidenciaram as desigualdades existentes no acesso à habitação condigna (Drago, 2021: 6 e 49). Ficou patente a importância da existência das políticas públicas de habitação na garantia do direito à habitação (Agarez, 2020) e a pertinência das questões relacionadas como os aspectos espaciais e sociais da habitação (Pinto, 2021; Pereira & Matos, 2020).

Segundo Coelho (2011: 3) a promoção de habitação de interesse social encontrava-se, tanto nos anos 80 como nos dias de hoje, essencialmente marcada pela crítica financeira, económica e social, sendo a dimensão crítica espacial da questão da habitação menos abordada perante as actuais problemáticas.

Assim, e partindo da actual urgência de acesso à habitação, com mais qualidade e economicamente acessíveis – seja pelo motivo de reversão da estrutural crise habitacional ou

de premência na aplicação nos fundos do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) – urge uma reflexão séria sobre qualidade urbanística e arquitectónica e as suas inerentes contribuições da perspectiva tipo-morfológica da habitação pública. Um debate sobre as questões espaciais revela-se indispensável para a provisão de melhor habitação e de um habitat urbano, com o intuito de fundamentar melhores orientações para as políticas públicas de habitação.

A presente comunicação expõe um projecto tese em desenvolvimento no Doutoramento em Estudos Urbanos, intitulado provisoriamente de “Habitação em Democracia: Estruturas morfológico-sociais das políticas de habitação na Área Metropolitana de Lisboa”, que visa contribuir para os debates correntes na temática da habitação desde uma perspectiva espacial e das políticas públicas habitacionais.

Perante as especificidades da questão da habitação e das janelas de observação pretendidas, esta investigação parte de um raciocínio metodológico interdisciplinar que relaciona espaço, sociedade, morfologia e política. Posto isto, combinam-se áreas do conhecimento que provêm da Arquitectura e do Urbanismo (áreas principais) com Políticas Públicas, Sociologia e Geografia e estabelece-se a morfologia urbana como disciplina preponderante, auxiliada pelas áreas temáticas das políticas habitacionais e dos modos de vida das populações residentes.

A investigação propõe analisar as estruturas morfológico-sociais da habitação e do habitat urbano de provisão pública directa, concebidas através de políticas de habitação. Estas estruturas serão analisadas no âmbito territorial da Área Metropolitana de Lisboa, caracterizada pela intensificação de processos de urbanização e metropolização na segunda metade do século

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

XX, fruto de sucessivas pressões na produção de habitação (Pinto & Guerra, 2019) e pelas comprometidas condições de habitabilidade (IHRU, 2018).

A escala temporal proposta para este estudo incide no período da Democracia – e.g. de 1974 à actualidade – sendo este um período marcado pela mudança de paradigma político, urbano e social, onde se verificou uma maior experimentação habitacional e urbana e se experimentou novas formas de fazer habitação social.

Como objecto de estudo identificam-se os conjuntos residenciais de provisão pública e conseqüentemente as políticas habitacionais subjacentes. Estes objectos serão analisados segundo a perspectiva tipo-morfológica, enquadrada numa visão mais ampla, que considera não só a forma física, mas também a forma social e a génese política e programática da habitação.

Atendendo à relevância da integração da dimensão da forma arquitectónica e social nas políticas de habitação e à leitura integrada da perspectiva sócioespacial, que esta investigação pretende defender, é objectivo central retirar as lições presentes nas políticas habitacionais já implementadas e identificar as oportunidades para a mudança das actuais e futuras políticas, tendo como intuito informar o desenho da habitação e habitat adequado.

Metodologicamente aplica-se nesta investigação uma pesquisa combinada, assente em dois princípios basilares: a componente teórica e a componente empírica, que acompanha a organização do pensamento científico. A componente teórica engloba um exercício de enquadramento e leitura crítica da literatura relevante e a componente empírica baseia-se na ciência da observação. Esta observação será concretizada em casos de estudo, analisados da

perspectiva da taxonomia.

Como casos de estudo interessa evocar os conjuntos residenciais de provisão pública directa – destes destacam-se os vulgarmente denominados ‘bairros sociais’ – e as propostas de práticas urbanísticas de zoneamento – os denominados Planos Integrados, que promoveram grandes expansões para habitação das cidades com a construção de habitação nas periferias – bem como as estratégias de colmatção e reabilitação dos centros das cidades.

Dada a extensão do projecto e a fase em que o mesmo se encontra, esta comunicação focar-se-á exclusivamente na discussão teórica em torno das questões da experimentação arquitectónica, que compreenderam as abordagens técnicas e sociais, patentes nas políticas de habitação desenvolvidas em Democracia.

**Palavras-chave:** Tipo-morfologia; Políticas Públicas; Modos de vida; Arquitectura; Urbanismo; Área Metropolitana de Lisboa

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

### Tecnologia e inovação nas habitações económicas da ICESA

**Patrícia Bento d'Almeida**

**Teresa Marat-Mendes**

**João Cunha Borges**

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

Em 1965, estando instituída a investigação em arquitetura e urbanismo na Divisão de Construção e Habitação do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), a empresa de construção civil ICESA - Indústrias de Construção e Empreendimentos S.A.R.L., solicitou ao LNEC “um parecer técnico sobre uma série de projetos de habitação tendo em vista a análise do grau de satisfação das exigências funcionais e das superfícies mínimas adotadas” (Portas e Gomes, 1965: p. 1). A ICESA era uma empresa que se destacava pelo fabrico de elementos pré-fabricados (Pinto, 1969), incluindo painéis resistentes de fachadas, paredes resistentes interiores, pavimentos e divisórias, lanços e patamares de escada, varandas, condutas de fumo, peças de cimalha e guardas de varanda, motivando visitas à fábrica por engenheiros daquele Laboratório (Paiva, 1969).

Para responder ao solicitado pela ICESA, o arquiteto Nuno Portas e a sua equipa de jovens arquitetos-investigadores da Divisão de Construção e Habitação do LNEC, consideraram trabalhos de investigação de investigadores estrangeiros, desenvolvidos em centros de pesquisa homólogos, incluindo análises sobre comportamentos sociais e de consumo das famílias, propostas pelo sociólogo francês Paul

Henri Chombart Lauwe (1956) e levadas a cabo no Centre National de Recherche Scientifique. A encomenda da ICESA permitiu ainda continuar a temática de investigação sobre habitação em curso no LNEC, como o “Estudo das funções e da exigência de áreas da habitação. Necessidades familiares e áreas da habitação” (Portas e Gomes, 1964), que analisava precisamente o dimensionamento da habitação e das suas divisões. Assim, perante os tipos de edifícios submetidos pela ICESA à apreciação do LNEC, os arquitetos-investigadores examinaram o desenho do fogo, o dimensionamento e organização funcional do espaço interno, e as atividades domésticas, considerando também o prolongamento destas atividades para o exterior, com o objetivo de se verificar a probabilidade de agrado da família (presumivelmente de recursos modestos a médios). A título conclusivo os investigadores do LNEC não criticaram as soluções da organização do fogo, mas sim das áreas atribuídas a certas divisões, sugerindo também a criação duma pequena zona de comer e de trabalhos domésticos anexa à cozinha – zona essa que o arquiteto Alexandre Alves Costa, ex-investigador do LNEC, chama de “Lavoro” (Costa, 2018).

A urbanização de Santo António dos Cavaleiros (SAC), concelho de Loures, foi a primeira realização da ICESA e a única que contemplou um projeto de enquadramento paisagístico por parte do arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles (Carapinha e Teixeira, 2003). Destinada ao mercado privado e a habitação social, SAC foi também, segundo o arquiteto Reaes Pinto, chefe do Gabinete de Estudos e Projetos da ICESA, a primeira experiência de pré-fabricação pesada em Portugal (Pinto, 1968), com recurso a “elementos de grandes dimensões e complexos na sua composição que chegam a pesar 8 toneladas e mais [...] exigindo sistemas de



## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

transporte e de elevação de grande potência” (Pinto, 1973: p. 470). A ICESA considerou a apreciação do LNEC, aplicando em SAC, nos edifícios tipo I2a (T2 e T3), um espaço multiuso junto à cozinha (Pinto, 1968: p. 160). Este projeto parece ter sido bem-sucedido, tendo a habitação social sido posteriormente reproduzida na Vialonga (Vila Franca de Xira) e na Quinta do Morgado (Lisboa).

A ligação da ICESA ao LNEC alargou-se a outras Divisões Técnicas deste Laboratório, nomeadamente à Divisão de Dinâmica Aplicada, com estudos sísmicos para torres de 13 pisos (Ravara e Oliveira, 1971); e à Divisão de Comportamento das Construções, com a apreciação de soluções construtivas não convencionais com o processo de construção pré-fabricada FIORIO (Paiva, 1972). Quanto à análise de ações sísmicas, havia o LNEC concluído que, seria de se adotar as soluções encontradas para as torres de 10 pisos pré-fabricados, criando-se na base um “ piso de transição, com estrutura reticulada de betão armado de deformabilidade muito superior à dos pisos pré-fabricados” (Ravara e Oliveira, 1971: p.2) – solução adotada nas torres de habitação social. Quanto à avaliação do uso de construção pré-fabricada FIORIO, homologado por aquele Laboratório em 1968 e a contemplar nos projetos dos edifícios torre, indicou o LNEC que, relativamente à constituição dos painéis forçados na fachada, o estudo obrigaria à realização, naquele Laboratório, de “ ensaios de determinação da condutibilidade térmica ou dos betões de argila expandida com possibilidade de se adequarem ao fim em vista”, bem como de “ ensaios de determinação da resistência mecânica dos mesmos betões” (Paiva, 1972: p. 44).

Com base no material depositado nos arquivos do LNEC, do Instituto de Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) e das Câmaras Municipais de Lisboa, Loures e Vila Franca de Xira propomos analisar três conjuntos de habitação social

executados pela ICESA na periferia urbana.

A apresentação integra resultados do projeto de pós-doutoramento O LNEC e a História da Investigação em Arquitectura (SFRH/BPD/117167/2016), e da investigação de doutoramento em curso, Social Urban Forms at the Millennial City Scene (SFRH/BD/148556/2019).

**Palavras-chave:** Habitação Social; Laboratório Nacional de Engenharia Civil; ICESA - Indústrias de Construção e Empreendimentos; Pré-fabricação; Urbanismo.

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

### Os espaços alimentares do Bairro Operário da Tabaqueira, Sintra

Vanessa Alves<sup>1</sup>

Teresa Marat-Mendes<sup>2</sup>

Mafalda Teixeira de Sampayo<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Iscte - Instituto Unversitário de Lisboa

<sup>2</sup> Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

A construção do Bairro Operário da Tabaqueira teve lugar em Albarraque, no concelho de Sintra. A sua edificação está associada à construção da fábrica da Tabaqueira em 1960, tendo sido iniciada em 1962 e concluída em 1974. As raízes da sua construção deveram-se à necessidade de se fixar num território periférico da cidade de Lisboa, em Sintra, uma comunidade de trabalhadores pertencentes à indústria do tabaco, necessários ao funcionamento da Fábrica da Tabaqueira.

O projeto e a construção do bairro visaram o acautelar das condições básicas para o provisionamento do alojamento e do acesso a bens e equipamentos necessários à manutenção da vida dos trabalhadores (alimentação, saúde, educação e cultura) da Tabaqueira. Após a decisão de deslocação da antiga Fábrica da Tabaqueira, em Lisboa para Albarraque, foi promovida pela entidade patronal da unidade industrial, A Tabaqueira, a qual pertencia à Companhia União Fabril (CUF), a construção do bairro. Foi responsável pelo Projeto do bairro o Arquitecto Moreira Veloso (1927-2002).

Para além do total de 352 habitações para 1200 moradores, construídas ao longo das diferentes fases de construção qual este bairro testemunhou, fazem parte do bairro

um conjunto de equipamentos e de espaços públicos. Nomeadamente um refeitório, uma escola, um posto médico, espaços comerciais, uma igreja, um centro cultural, e ainda assim, praças e jardins, que juntamente com os edifícios habitacionais ocupam ao todo uma área de 153 mil m<sup>2</sup>.

Os espaços verdes da unidade residencial de 1962 são da autoria do arquiteto paisagista Gonçalo Ribeiro Telles (1922-2020). A hierarquização dos percursos e dos espaços verdes contíguos aos mesmos desenha um plano de conjunto urbano hierarquizado e com zonas delimitadas de serviços e equipamentos culturais. A diversidade de equipamentos ajuda a colmatar as necessidades sociais e quotidianas dos moradores que foram deslocados para esta periferia.

Esta comunicação tem como objetivo apresentar as tipologias de edifícios propostas e construídas para o bairro, bem como identificar a operacionalidade do sistema alimentar no bairro operário, nomeadamente nas infraestruturas existentes e usos de solo pro parte dos moradores. Finalmente, são apresentadas as características morfológicas e funcionais do bairro, incidindo em particular nos espaços públicos e nos equipamentos alimentares, que têm garantido as condições básicas ao funcionamento do bairro ao longo de 60 anos de vida.

Verificamos que o desenho urbano do bairro operário da Tabaqueira valoriza as pessoas, colocando como prioridades os benefícios coletivos que, muitas vezes, não são considerados em projetos de cariz social. Os arquitetos deste projeto promoveram ambientes de qualidade que beneficiaram a vida daqueles que lá habitam. O projeto construiu-se como um lugar de convivência e de proximidade, que

## Painel: Inovação e transição para sociedades sustentáveis

ainda hoje desempenha a sua função principal de socialização nos espaços verdes que o enquadram. Sendo estes os conectores tanto visuais como pedonais entre os espaços do sistema alimentar e do espaço público.

Os espaços dedicados ao sistema alimentar foram essenciais para a vivência do bairro, os edifícios de comercialização de diversos géneros alimentares e o refeitório foram os primeiros equipamentos a serem inaugurados a par das habitações. Além da sua centralidade face à área residencial, foi também equacionada a facilidade de acesso à rede viária, visto que esta era o único meio de veículo para o abastecimento dos edifícios do sistema alimentar.

A ligação que é estabelecida entre os diferentes espaços alimentares do bairro (áreas de comercialização, espaços de consumo, cozinhas e salas de refeição) e o espaço público está bem conectada, visto que a permanente ocupação e permeabilidade entre os locais de consumo, sejam privados ou públicos, e os espaços de comercialização unem-se nos espaços de circulação.

Passados quase 50 anos desde a construção do bairro operário, as casas que albergavam os trabalhadores da Tabaqueira nunca deixaram de ser ocupadas. Também os equipamentos que apoiaram a manutenção da vida quotidiana dos trabalhadores da fábrica garantem a vida e o dia a dia dos moradores de hoje deste bairro, bem como de outros moradores de habitações envolventes, que surgiram no entretanto fruto de processos de urbanização difusa.

O bairro da Tabaqueira, em virtude do seu desenho urbano e do planeamento que usufruiu manifesta qualidades espaciais e funcionais que garante à sua população residente as condições básicas de alimentação e sobrevivência diária, conforme testemunhado em particular nos tempos de pandemia COVID-19 recentes.

Considera-se o bairro da Tabaqueira bem-sucedido e enquadrado no espírito da Carta de Atenas (1933), obedecendo também aos princípios da Cidade Jardim de Ebenezer Howard (1898) e ao esquema da Unidade de Vizinhança de Clarence Perry (1920). Este conjunto suburbano nitidamente moderno conjuga as necessidades funcionais com a qualidade de vida do campo, por via da construção de equipamentos e de amplos espaços verdes onde se habitava em blocos, respeitando as questões de higiene. Os edifícios de serviços públicos e os equipamentos coletivos foram essenciais para o sucesso deste conjunto residencial.

Conforme verificado da análise ao Bairro da Tabaqueira, são vários os espaços urbanos edificados que se encontram associados a diversas fases do sistema alimentar. As alterações socioeconómicas verificadas no Bairro, desde a sua implementação, nomeadamente a desativação da fábrica, levaram também a alterações no uso do próprio bairro. No entanto, foi a presença dos equipamentos alimentares (comércio) e cantina que permitiram aos residentes do bairro acautelar a manutenção das suas atividades básicas, como o acesso aos alimentos. Esta situação foi mais notória durante o período de isolamento provocado pela pandemia SARS COVID 19.

**Palavras-chave:** Bairro da Tabaqueira, Espaços Alimentares, Arquitetura, Habitação

An aerial, high-angle photograph of a busy city street in Japan, likely near a train station. The street is filled with pedestrians walking in various directions. Buildings with signs in Japanese and English are visible in the background. The entire image is overlaid with a semi-transparent green filter. In the bottom-left corner, there is a white, rounded, semi-circular graphic element.

# Painel

## Desafios de Regulação e Governança para Sociedades Complexas

## Painel: Desafios de Regulação e Governação para Sociedades Complexas

### **Vincit Omnia a Veritas. Em busca de uma autenticidade Patrimonial na Zona Ribeirinha Oriental de Lisboa**

**Ana Nevado**

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### **Resumo:**

O planeamento e a gestão urbanística contemporâneos têm, progressivamente, vindo a adaptar-se aos crescentes desafios perante a célere transformação urbana. Contudo, os territórios contêm matrizes identitárias que demonstram resiliência perante a passagem do tempo que ultrapassam os instrumentos político-administrativos de carácter teórico-prático e que constituem um desafio na gestão urbana. Pese embora a mudança introduza novas dinâmicas, fluxos e lógicas multiescalares, a questão cultural permanece basilaramente associada ao mote da "sustentabilidade" e da relação entre território, património e populações locais, que urge preservar e (re)integrar.

Analisando o caso da zona ribeirinha oriental de Lisboa (ZROL) – especificamente no eixo urbano Beato-Poço do Bispo, uma área pós-industrial crucial para o desenvolvimento socioeconómico na primeira metade do século XX -, à luz dos instrumentos de gestão territorial objetiva-se contribuir para um pensamento crítico sobre as estratégias de intervenção urbana que assentem na preservação e na conservação das pré-existências sem recusar, todavia, a transformação por via da refuncionalização. A procura por um equilíbrio e pela adaptação são notórias, inclusivamente durante períodos de crise

económico-financeira, quer por iniciativa pública, quer privada. Contudo, atualmente a ZROL carece ainda de um olhar global e crítico que recaia sobre as suas potencialidades – particularmente por via da valorização patrimonial - e sobre a possibilidade de interligação com a restante cidade de Lisboa.

Metodológica e conceptualmente, propõe-se criar, no âmbito das políticas de gestão territorial, um guia de reflexão e de intervenção sobre o território e o património da ZROL, com base no adaptive reuse, que possa contribuir para a análise urbana e para a tomada de decisão.

Conclui-se que paralelamente à implementação racional dos instrumentos de planeamento e de gestão urbanística, a manutenção e a preservação do território requer conexões emocionais e afetivas com o seu património, onde impera uma autenticidade nem sempre aparente.

**Palavras-chave:** Planeamento, Gestão Urbanística, Regeneração Urbana, Identidade, Património

## Painel: Desafios de Regulação e Governação para Sociedades Complexas

### The evolution of firm-level wage policies in Portugal: From collective logic to the individualization of wages.

Fátima Suleman<sup>1</sup>

Sérgio Lagoa<sup>1</sup>

Abdul Suleman<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

<sup>2</sup> Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, BRU-IUL, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

The regulation of wages and employment by national and international entities aims at promoting social welfare and equity (Berg, 2015), but they limit firms' degrees of freedom. How much firms tend to adopt wage practices influenced labour market forces is widely discussed in the literature, with recent evidence indicating both the erosion of the Internal Labour Market (ILM) model, and the emergence of market forces as key determinants of compensation practices (Bidwell et al., 2013).

Thus, the ILM salary rules, which emphasize internal equity and salary hierarchy to maintain fairness within the organization, tend to lose importance. In contrast, the literature suggests that firms increasingly support their policies on salary surveys to position themselves favourably in the marketplace and attract the skills they need (Osterman and Burton, 2006). Additionally, salary dispersion within the organization has become a frequent rule to recognize high-performance workers. However, there is not

enough empirical evidence to illustrate that all firms are moving in the same direction (Osterman and Burton, 2006), and companies respond slowly to market pressures (Davis et al., 2009).

Following Suleman et al. (2019), this research uses the Quadros de Pessoal dataset (a linked employer-employee data) for the years 1999, 2009 and 2017 to analyse whether large firms in Portugal are gradually valuing more market forces and through which practices are there forces incorporated in wage policies. To this end, firm-level wage policies are characterised using 15 indicators, namely the correlation between wage hierarchy and wages, and the correlation between seniority and wages, both used to study the presence of ILM. Market relevance is studied looking at the wage position of the firm relative to industry wages, and at the adjustment of wages to labour market conditions (wage elasticity to unemployment). Finally, performance-related pay is analysed through wage dispersion, wage growth dispersion, and wage components added to the base pay (wage cushion).

Preliminary results indicate, on the one hand, a stability of certain wage practices and, on the other hand, a move towards individual wage differentiation. Practices related to internal labour markets continue to be used in the years under review, meaning that collective rules for wage determination remain in place and firms tend to relate occupational and wage hierarchies. Moreover, the link between wage growth and seniority continues to be evident in wage policies. However, there is a slight increase in wage dispersion and a closer proximity between wages of younger and older workers, suggesting a departure from the ILM model.

## Painel: Desafios de Regulação e Governação para Sociedades Complexas

One of the most significant observed changes relates to the response of wages to market conditions: wages are increasingly responsive to market pressures, as evidenced by the larger negative elasticity of wages to the unemployment rate. In addition, firms have strengthened the role of rules regarding the individualization of wages, as shown by the increase in wage cushion, the concentration of wage growth on a small number of workers, and the growth of wage inequality within firms.

From the preliminary results, we conclude that there is a gradual evolution of firms' wage policies in Portugal. Collective rules remain consistently in place, suggesting that firms are cautious regarding wage individualization. However, they

tend to reinforce the latter component, indicating that there is a concern to differentiate workers and encourage effort. Market pressures seem to have gained importance at the expense of internal organizational pressures.

---

**Palavras-chave:** wage policies; wage individualization; wage dispersion; wage flexibility, Portugal

## Painel: Desafios de Regulação e Governação para Sociedades Complexas

### A condição de sem abrigo nos Açores: uma questão de escolha?

Helder Fernandes<sup>1</sup>

Lídia Fernandes<sup>1,2</sup>

Paulo Fontes<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Novo Dia

<sup>2</sup> Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

Nos Açores, o fenómeno dos “sem-abrigo”, além de mediático, tem estado associado a episódios de conflito e a queixas por parte moradores. Na ilha de S. Miguel têm surgido nos jornais e nas redes sociais comentários desfavoráveis e até de hostilidade, em que a marca do estigma surge associada aos rótulos de “indigência”, toxicodependência e à ideia de que esta condição resulta de uma escolha de quem se encontra nesta condição.

Esta crescente visibilidade e conflitualidade associada ao tema levanta a necessidade de um amplo debate público que só poderá ser adequadamente abordado quando sustentado no conhecimento apurado sobre natureza deste fenómeno.

Um estudo comparativo envolvendo oito países europeus indicou que mais de metade dos respondentes demonstrava ter pouco conhecimento sobre a condição de sem abrigo (Petit et al., 2019). Os resultados relativos a Portugal sublinham o reconhecimento da necessidade de respostas sociais, mas uma boa parte dos respondentes (67,6%) entendia que as pessoas sem abrigo permanecem nessa

condição por escolha. Além disso, a adição era apontada como sendo a principal causa explicativa. Estes dados sugerem que as questões comportamentais e da livre escolha poderão contribuir para a formação de percepções negativas em relação à pessoas sem abrigo, condicionando o debate sobre respostas políticas neste campo. Como argumentam os autores (Petit et al., 2019: 10):

*This suggests that ‘homelessness as a choice’ is a widely held opinion in Europe, although this encompasses a complex dynamic in which liberal social values foreground choice in an economic environment in which choices can be severely constrained, particularly for people who experience homelessness. As previous studies have discussed, people who are homeless may themselves consider their position to result from personal choices, whilst acknowledging that these choices were severely restricted.*

À semelhança do verificado internacionalmente, em Portugal tem sido desenvolvido uma série de estudos visando caracterizar a população nesta condição de sem-abrigo (e.g., Bento e Barreto, 2002; Batista, 2009; Miguel, Ornelas e Maroco, 2010; Monteiro, Policarpo Ramalho e Santos, 2013), com destaque para os inquéritos anuais realizados no âmbito da Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem Abrigo (ENIPSSA), de caráter anual. No entanto, nenhum destes abrange a região autónoma dos Açores.

Esta comunicação visa apresentar uma primeira análise e reflexões dos resultados do estudo *À Margem* a decorrer desde Março de 2021 e que visa: o levantamento e caracterização sociodemográfica das pessoas em situação de sem abrigo nos Açores; a análise dos



## Painel: Desafios de Regulação e Governação para Sociedades Complexas

contextos institucionais e socioeconómicos em que o fenómeno ocorre; e aprofundar a tomada de consciência sobre a natureza e as razões e/ou fatores associados ao fenómeno, de forma a sustentar a elaboração de propostas políticas e estratégias de intervenção social. A pesquisa, que envolve uma entidade que trabalha com esta população há 20 anos, adotou uma estratégia de investigação participativa e conjugou metodologias quantitativas e qualitativas incluindo: análise documental de legislação e documentação sobre políticas e dispositivos institucionais; um inquérito de caracterização sociodemográfica; análise de indicadores estatísticos; observação participante; e a realização de *focus groups* envolvendo técnicos e pessoas em situação de sem abrigo. A caracterização dos contextos associados à ocorrência, ou não, deste tipo de fenómeno, tem por base indicadores de natureza estrutural e política. Indo além da análise dos fatores individuais que ajudam a compreender quem

está mais vulnerável a esta condição, interessamos perceber que escolhas sociais podem levar a maiores ou menores taxas de sem abrigo num determinado território, neste caso tomando como unidade de estudo e comparação a “ilha”. Emprego e proteção social; habitação; saúde mental e toxicodependência; encarceramento e reinserção social, são alguns dos temas considerados críticos para compreender a evolução do fenómeno na Região.

## Painel: Desafios de Regulação e Governação para Sociedades Complexas

### Tendências de transformação logística no sector das plataformas de entregas – análise do período da pandemia em Lisboa

**Nuno Rodrigues**

**Pedro Costa**

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

Com esta comunicação pretende-se identificar, sistematizar e problematizar algumas tendências de transformação logística no sector das plataformas de entregas, tendo como referência temporal o período da pandemia e a sua expressão territorial na Área Metropolitana de Lisboa.

A partir da combinação de recolha de informação secundária, etnografia digital em páginas de plataformas e sítios web relacionados com o sector, e uma revisão e discussão teórica no cruzamento das plataformas digitais e dos estudos de logística no espaço urbano contemporâneo, pretende-se atingir dois grandes objetivos. Em primeiro lugar, identificar as dinâmicas de transformação mais diretamente associadas à pandemia da Covid-19 e às mudanças a que esta obrigou, com destaque para aquelas diretamente associadas ao confinamento e a práticas de distanciamento social, as quais tiveram efeitos ao nível da organização e modelo de negócio das plataformas. Em segundo lugar, pretende-se sistematizar e problematizar algumas das principais alterações de organização e intermediação logística em emergência neste sector durante o período pandémico, mesmo que não sejam diretamente causadas pela

pandemia, embora se defenda que tenham encontrado neste período um contexto favorável para a introdução e aceleração de determinadas mudanças – como é o caso da introdução de novos conceitos de micro-logística ou o acentuar de determinadas estratégias de datafication associadas às plataformas.

Antes da exploração desses dois grandes objetivos, e num primeiro passo, pretende-se apresentar uma contextualização do sector das plataformas de entregas em Lisboa. Em particular, pretende-se apresentar sumariamente o seu processo de implantação e disseminação na Área Metropolitana de Lisboa, e contextualizar tal processo numa tensão entre determinadas formas de experimentação urbana que as mesmas têm vindo a realizar no território, e a sua relação com a atuação, ou inação, da administração local.

Posteriormente, apresenta-se uma breve revisão e discussão teórica focada no cruzamento entre estudos de logística e plataformas digitais, centrando-se tal discussão no âmbito dos seus efeitos no espaço urbano e em algumas tendências recentes de reorganização logísticas das plataformas de entregas. Entre outros pontos, pretende-se discutir a forma como as plataformas se associam a fenómenos de experimentação urbana (Leonardi e Pirina, 2020); como as plataformas podem ser enquadradas enquanto agentes que induzem “arranjos espaciais flexíveis” que atuam numa lógica relacional e de reorganização de outras operações urbanas (Richardson, 2020); a dinâmica processual da própria organização das plataformas de entregas (van Doorn et al, 2021); a forma como a dimensão do movimento e da distribuição emerge enquanto uma questão logística por excelência no caso das plataformas de entregas (Altenried, 2020); e o salientar do carácter conjuntural das suas geografias que simultaneamente as incorpora e desincorpora dos contextos territoriais

## Painel: Desafios de Regulação e Governação para Sociedades Complexas

onde se inserem (Graham, 2020).

Num âmbito mais empírico, pretende-se apresentar e problematizar algumas mudanças no sector que sejam mais diretamente associáveis entre a pandemia e os seus efeitos no sector das plataformas de entregas. Em particular, pretende-se apresentar alguns processos de reestruturação e plataformização do sector da restauração que foram induzidos no período da pandemia e que contribuíram para um acentuar do peso das plataformas de entregas. Um acentuar que, defende-se, não só contribuiu para um processo de crescimento e afirmação das plataformas de entregas no âmbito do comércio/restauração e nas práticas e ritmos sociais do espaço urbano e da sociedade em geral, como contribuíram para sedimentar o sector das entregas no ecossistema/modelo de negócio das plataformas digitais em geral – como se atesta, por exemplo, num crescimento do volume de negócios das entregas que ocorreu em sentido contrário ao verificado no sector do transporte de passageiros/ridesharing, e que se observou de forma paradigmática na Uber (entre os seus serviços de entregas e o serviço de transporte de passageiros).

Ainda relativamente a este recorte empírico referente à AML, pretende-se apresentar, sistematizar e problematizar três grandes tendências recentes de transformação ao nível da organização e intermediação logística no sector das plataformas de entregas, as quais encontraram no período pandémico um contexto favorável para a sua disseminação, ainda que não sejam diretamente resultado do mesmo. Mais especificamente, pretende-se:

a) discutir uma acentuação da aposta na micro-logística neste sector, como atestam o alargamento da oferta de distribuição disponibilizadas pelas plataformas (ao nível de serviços e produtos, de que são exemplos extremos os protocolos que algumas destas plataformas têm

estabelecido com empresas privadas na área da saúde, seja para a realização de testes PCR ao domicílio ou para o serviço de consultas médicas ao domicílio), bem como a introdução e disseminação de conceitos como as Dark Kitchens e Dark Stores;

b) apresentar e problematizar a emergência de novos conceitos de plataformas de entregas, com destaque para as plataformas de “ultrafast-delivery” (de que é exemplo a GETIR) ou a emergência de algumas plataformas com conceitos mais especializados/diferenciados (por exemplo, plataformas que se pretendem distinguir pelas suas preocupações ambientais ou outros conceitos logísticos/organizacionais);

c) problematizar, através do exemplo do Centro de Excelência da Uber em Lisboa e seu desenvolvimento recente, a forma como tais plataformas têm utilizado o espaço urbano e as práticas de comércio digitalmente mediado enquanto formas de experimentação para a introdução e teste de novos serviços e produtos, de onde as questões do uso dos dados e algoritmos adquire particular relevância.

Por último, e retomando a discussão teórica apresentada, pretende-se sintetizar e fazer sentido de tais transformações no âmbito de problemáticas recentes no cruzamento entre estudos de logística e plataformas digitais, enquadrando transformações em debates como a relação entre experimentação urbana, reorganização logística das plataformas e da cidade, ou as possibilidades de um seu efetivo planeamento.

### Palavras-chave

Plataformas de Entregas; Plataformização do Espaço Urbano; Pandemia; Logística

## Painel: Desafios de Regulação e Governança para Sociedades Complexas

### Regulating fixed-term contracts in advanced industrial economies: Explaining reform trajectories in the neoliberal era (1985-2019)

Paulo Marques<sup>1</sup>

Rui Branco<sup>2</sup>

Rita Guimarães<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

Over the past decades, the degree of regulation of fixed-term contracts (FTCs) has been in flux across western European countries. Between 1985-2019, a total of 41 reforms revising the regulation of FTCs were enacted. Among them, 23 reduced the degree of regulation, while 18 increased it. This significant number of legislative changes increasing the regulation of FTCs is interesting as it goes against the dualization hypothesis, i.e., that the downplay in the position of outsiders leads to a stable equilibrium. Moreover, our data shows that when FTCs are deregulated, regular contracts are often deregulated too. This is also interesting as it goes against the assumption that deregulating FTCs occurs together with keeping the position of insiders intact. To better understand these legislative reforms, this paper asks under what conditions do governments enact legislative reforms (de)regulating FTCs?

Our main argument is that the macro-economic context, the *share of FTCs*, and the political conditions for reforms are key factors in explaining the direction of reforms. First, how high is the share of workers with fixed-term contracts? This is crucial because the level of interdependency between insiders and outsiders increases when the share of FTCs rises. The higher the share, the greater the probability insiders are negatively affected too, we argue, increasing the probability of pro-outsider reforms. Furthermore, if the number of outsiders rises, their electoral importance grows, and thus political parties tend to pay more attention to outsiders' demands. The opposite applies when the share of fixed-term contracts is low. Second, *building political support for reforms* also plays a very important role. As expectable, employers may see further regulation of FTCs as something hindering international competitiveness because, they argue, it 'rigidifies' the labour market. Consequently, they tend to oppose such reforms. Insiders may also oppose inclusive reforms if they imply a trade-off between increasing the regulation of FTC and reducing insiders' regulation. From our perspective, opposition to reforms can be overcome in two ways. Governments can legitimise reforms by leveraging the regulatory gap between the national level and other countries or international averages. When the national level is lower than the average, the room for political reforms increasing the regulation of FTCs opens up. This is important to overcome the opposition by employers. Political conditions are also more conducive to inclusive reforms if job security for permanent contracts remains intact or even increases. When this happens, this group tend

## Painel: Desafios de Regulação e Governança para Sociedades Complexas

not to oppose inclusive reforms. By doing so, governments get the support of insiders. As for deregulation of FTCs, international comparison plays an important role as well. If the degree of regulation is high relative to international standards, this may foster deregulation. Finally, the *macro-economic* context, because high unemployment and/or low GDP growth are conducive to deregulation as pressure to liberalise is greater. The opposite favours the occurrence of inclusive reforms. Among these factors, building political support for reforms is decisive to increasing regulation for FTCs, as this group is in minority in all countries. To test the argument, the paper uses fsQCA.

### Palavras-chave:

fixed-term contracts; solidarity; configurational methods; dualization

## Painel: Desafios de Regulação e Governação para Sociedades Complexas

### A distribuição e exibição de cinema e audiovisual em Portugal: pontos críticos, desafios e áreas-chave de regulação

**Pedro Costa**

**Ricardo V. Lopes**

**Elisabete Tomaz**

**Rodrigo Almeida**

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

Partindo de um diagnóstico exaustivo ao sector do cinema e do audiovisual em Portugal, efetuado no âmbito de um projeto de investigação realizado para o ICA (Instituto do Cinema e do Audiovisual) durante o ano de 2021 – o qual é suportado numa análise aprofundada dos dados estatísticos disponíveis sobre o sector e numa extensa base de entrevistas a agentes-chave deste campo - este texto pretende equacionar os principais desafios que se colocam ao sector em Portugal na atualidade, no campo específico da distribuição e exibição.

Assume-se, com base neste diagnóstico alargado, que, em paralelo às tradicionalmente muito discutidas falhas no campo da produção cinematográfica e audiovisual nacional (onde no entanto, apesar de tudo, se vai produzindo com qualidade, para diversos segmentos de mercado, e com crescente diversidade, e onde quando existe promoção e estruturação do produto criado, se tem conseguido chegar mesmo a públicos generalistas - como diversos casos de sucesso neste campo têm vindo a demonstrar recentemente), os problemas estruturais do sector em Portugal parecem estar bastante mais

centrados nas questões da distribuição e exibição do que na esfera da criação e produção. Escolhe-se portanto esse foco para a análise efetuada neste artigo.

Com efeito, este campo, é afetado por com uma fortíssima concentração empresarial e pela extrema dependência dos agentes, nas diversas fases da fileira, em relação aos grandes operadores, globais e nacionais, e é marcado pela extrema falta de concorrência no mercado nacional. A questão estrutural da limitação da dimensão do mercado nacional (enquanto encarado por si só, de forma isolada) e das formas de ultrapassagem dessa barreira são intrincadas e devem ser abarcadas nessa complexidade, aproveitando as múltiplas oportunidades (em sala e diversos outros dispositivos) para o desenvolvimento do setor nas suas múltiplas vertentes (das mais "autorais às mais comerciais"), e nos seus diversos formatos.

Note-se que esta realidade não pode ser vista de forma desligada das lógicas de estruturação global dos mercados e das dinâmicas das suas cadeias de valor, tanto no campo da distribuição e exibição em sala, como no campo da – progressivamente relevante – distribuição e exibição por via de uma diversidade de outros canais audiovisuais (TVs, subscrição, VoD, streaming, dispositivos de arquivo vídeo, etc.), bem como das tendências internacionais para a progressiva concentração dos mercados. Assume no entanto, em termos comparativos, um valor bem mais expressivo em Portugal do que em países congéneres, o que faz o sector enfrentar no nosso país os mesmos desafios estruturais de transformação sentidos globalmente, embora de forma mais profunda, ao mesmo tempo que defronta alguns outros, mais concretos ou específicos, que importa analisar cuidadosamente e sobre os quais importa repensar as lógicas de regulação e as políticas públicas necessárias à sua superação.

## Painel: Desafios de Regulação e Governação para Sociedades Complexas

Os mecanismos de reestruturação da distribuição e da exibição não podem também ser desligados dos grandes desafios estruturais ao sector verificados na contemporaneidade, tanto em Portugal como no mundo, associados à transição tecnológica e empresarial, bem como a novas lógicas de consumo e de fruição cultural e mudanças nas práticas e nos estilos de vida. Estes desafios, que aliás têm sido uma constante da história do sector do cinema e do audiovisual, irão modificar as relações de poder atuais no sector, a nível global, e também em Portugal, alterando os equilíbrios e relações de força nos seus vários subdomínios, bem como a capacidade reguladora dos poderes públicos. Implicam portanto uma renovada e atenta atuação pública, mas por outro lado também condicionam a resiliência dos mecanismos que atualmente sustentam a capacidade de financiamento do sector. Conforme se torna perceptível a partir do diagnóstico realizado, as oportunidades que se oferecem em termos de novos mercados para a distribuição e exibição, nacional e internacionalmente, têm de ser vistas com a prudência necessária, não garantindo necessariamente por si só uma diversidade dos tipos de conteúdos exibidos, nem uma sustentabilidade para a indústria de cinema nacional, nem a prossecução da diversidade dos objetivos definidos pela lei do cinema e pela missão do ICA, em toda a sua abrangência.

Nesta apresentação são equacionados e sistematizados os principais pontos críticos que se colocam ao sector em Portugal, no campo da distribuição e exibição, em geral, bem como em subdomínios específicos (distribuição e exibição em sala, tanto no circuito comercial regular, como em circuitos alternativos de exibição em sala - p.e. exibição comercial/ municipal fora dos grandes centros ou rede de cineteatros; distribuição e exibição fora de sala — em dispositivos diversos, como TVs em canal aberto, canais de subscrição, VoD, streaming, etc.; exibição em cineclubes; festivais de cinema; internacionalização da distribuição e exibição; assimetrias territoriais na distribuição e exibição; etc.). Em paralelo à identificação destes pontos críticos são elencados e discutidos os principais desafios que se colocam em cada uma destas áreas, bem como mapeadas os principais campos identificados para a atuação pública e a regulação, em cada um desses domínios.

### Palavras-chave

Cinema; Audiovisual; Cultura; Distribuição e Exibição; Portugal; Políticas Culturais

## Painel: Desafios de Regulação e Governação para Sociedades Complexas

### Educational innovation as a driver for regional innovation ecosystem orchestration

**Pedro Oliveira**

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

This article addresses the higher education institutions' contribution for regional innovation ecosystems development and respective innovative capacity considering their mission regarding to the creation and knowledge transfer in the framework of co-innovation projects with firms. The purpose of this research is to discuss the orchestration capacity of the regional innovation ecosystem on the part of those institutions.

The theoretical framework focuses on the concept of *regional innovation ecosystem(s)* based on an explorative literature review bearing in mind the case of new proposals for joint degrees in European higher education institutions. Quoting Granstrand and Holgersson (2020: p.3):

"An innovation ecosystem is the evolving set of actors, activities, and artifacts, and the institutions and relations, including complementary and substitute relations, that are important for the innovative performance of an actor or a population of actors."

While regional innovation systems' focus are organizations and institutions regarding to the governance sphere inherent to territorialized process of knowledge creation and dissemination (involving educational and research activities dynamized by partnerships between HEI, decentralized government agencies and business associations), the ecosystem approach

is built on a more bottom-up approach explicitly emphasizing the major role of entrepreneurs. In fact, it is highlighted the third mission of the universities and similar institutions as entrepreneurial agents that, according to the *Quadruple Helix Model*, have a social responsibility going beyond the usual missions (education and research).

Carayannis and Campbell (2009) extended the Triple Helix model by adding a *fourth helix* to emphasize the importance of also integrating the perspective of the "media-based and culture-based public", "arts, artistic research and arts-based innovation" - generically called as the "civil society" - to legitimize the actions of the other three actors across society.

The interaction of diverse actors is necessary to boost access to information, training of human capital through universities and research centers, access to funds and business opportunities, customers, and suppliers, affecting positively the creation of new ventures (Castro, Scheede and Zermeño, 2019). In this interaction, there might be an active role for HEI based in educational programs for sustainable entrepreneurship providing both opportunities to generate knowledge through creativity networks (Florida, 2014) and impulse economic productivity and compensate competitiveness deficits in less developed regions (Thomas, Faccin and Asheim, 2020; Fonseca, 2019). In fact, many scholars argue that HEI (universities and/or polytechnic schools) should adopt a governance model that is not restricted to traditional activities (teaching and research) to gradually assume a societal role by interacting through various forms of formal and informal collaboration channels to create knowledge (Wagner et al., 2019; Villani and Lechner, 2020).

Thus, academic research around regional ecosystems of innovation should consider the role of universities as place leaders that orchestrate



## Painel: Desafios de Regulação e Governança para Sociedades Complexas

network activities. According to Thomas, Faccin and Asheim (2020), citing Dhanaraj and Parkhe (2006), the term “*orchestration*” describes collaborative practices for the development, management, and coordination of innovation networks without hierarchical authority. The orchestrator is the main actor responsible for the design and management of the innovation ecosystem, bringing actors with disparate assets and competences together, exploiting the capabilities of each actor, identifying their purposes and intentions, establishing proper strategies to achieve goals that go beyond arm’s length relationships, and ultimately shaping the innovation ecosystem (Yaghmaie & Vanhaverbeke, 2019).

Considering the *United Nations Sustainable Development Goals*, and the systemic model of innovation whose roots are found in the evolutionist paradigm of economic thought, we seek to identify the knowledge spillovers that shall be fostered from international consortia between higher education institutions (HEI) and business entities supporting the regional innovation ecosystem. Such consortia are the evidence of a proactive model of organizational governance of HEI in the European Union based on the entrepreneurial attitude of scholars and their pupils (in the logic of so-called ‘entrepreneurial universities’).

The various ‘double degrees’ proposals that have arisen under Erasmus Mundus Joint Masters demonstrate the ‘orchestration’ of a network of ‘stakeholders’ (including potential business agents and regulators across borders) by the HEI. This pivot role is a consequence of the recognition by respective strategic management of how ‘educational innovation’ and internationalization are key factors to obtain funding, namely from European Community funds. By cooperating in transnational networks, notably under the Erasmus+ Program, these institutions are contributing to the creation of sustainable value in the business sector, thus providing an added value service to the community through new proposals for courses and contributing for their sustainable management.

Notwithstanding, the effectiveness of such cooperation shall critically depend on similarities in economic, political-legal, sociocultural, technological, and environmental terms. To achieve the success of educational innovation global projects scholars and students shall be engaged with digital learning, positively impacting on organizational synergies and, thus, on SDGs implementation.

### Palavras-chave

regional innovation ecosystem, orchestration, educational innovation, Erasmus Mundus, co-creation

## Painel: Desafios de Regulação e Governação para Sociedades Complexas

### Why has labour productivity slowed down in the era of financialisation? Insights from the post-keynesians for the European Union countries

**Ricardo Barradas**

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

Since the mid-1970s and 1980s, the majority of developed economies have engaged in Reaganomics and Thatcherism and their financial systems have experienced huge liberalisation and deregulation, and these factors have contributed to a poor evolution of labour productivity and have revived the fears around a new 'secular stagnation' in the era of financialisation (Kus, 2012; Verceli, 2013; Barradas, 2016; Tridico and Pariboni, 2018; Pariboni et al., 2020).

Effectively, the post-Keynesian literature tends to emphasise that the slowdown of labour productivity in the majority of developed economies in the last decades cannot be divorced from the phenomenon of financialisation, which has impaired it through four different channels, namely weak economic performance, a decline in the labour income share, an increase in personal income inequality, and strengthening of the degree of financialisation (Tridico and Pariboni, 2018; Correia and Barradas, 2021).

Some of these four channels have already been tested in several econometric works (Sylos Labini, 1983; Vergeer and Kleinknecht, 2014; Guarini, 2016; Micallef, 2016; Tridico and Pariboni, 2018; Carnevali et al., 2020; Yousef, 2020; and Correia and Barradas, 2021), although these works do not directly assess all the aforementioned four channels through which the phenomenon of financialisation has undermined labour

productivity. Tridico and Priboni (2018) and Correia and Barradas (2021) are the only exceptions. The former work focuses on the Organisation for Economic Cooperation and Development (OECD) countries but uses only one proxy to capture the degree of financialisation (stock market capitalisation) and does not take into account in its estimates the potential indirect effects between the degree of financialisation (the fourth channel) and economic performance (the first channel), the labour income share (the second channel), and personal income inequality (the third channel). The latter work uses five different proxies to measure the degree of financialisation (credit, money supply, financial value added, stock market capitalisation, and shareholder orientation) and takes into account in its estimates the potential indirect effects between the degree of financialisation (the fourth channel) and economic performance (the first channel), labour income share (the second channel), and personal income inequality (the third channel) through the use of interaction terms, but it is only focused on Portugal.

This paper employs a panel data econometric approach in order to empirically ascertain the role of these four channels in the deceleration of labour productivity in the EU countries from 1980 to 2019. We estimate an aggregate equation according to which labour productivity depends on lagged labour productivity, economic performance, labour income share, personal income inequality, and degree of financialisation. We employed the Least-Squares Dummy Variable Bias-Corrected (LSDVC) estimator created by Nickel (1981), Bun and Kiviet (2003), Bun and Carree (2005), and Bruno (2005a, 2005b) due to the existence of an unbalanced panel, a dynamic model, and a macro panel and the need to overcome the potential endogeneity due to the omission of relevant variables and/or simultaneity among the different variables (channels).

## Painel: Desafios de Regulação e Governação para Sociedades Complexas

Our findings confirm that the weak evolution of labour productivity in the EU countries cannot be dissociated from the phenomenon of financialisation and its corresponding four channels. Lagged labour productivity, economic performance, and labour productivity positively impact the labour productivity in the EU countries, while personal income inequality and the degree of financialisation impact it negatively. Our findings also reveal that labour productivity in the EU countries in the last decades would have grown more if there had been a stronger economic performance, a smaller decline (or even a rise) of the labour income share, a smaller increase (or even a decrease) of personal income inequality, and a weakening of the degree of financialisation.

Our findings suggest that policy makers in the EU countries should engage in policies that could promote a stronger economic performance, a rise of the labour income share, a decrease of personal income inequality, and a weakening of the degree of financialisation in order to support higher growth of labour productivity

in the coming years and to avoid a new 'secular stagnation' in the era of financialisation. Following post-Keynesian insights, policy makers should put in place several measures to interrupt the continuously decreasing demand, which should involve international coordination to abandon the paradigm of Reaganomics and Thatcherism and to resume a focus on demand-side economics, full employment goals, welfare state expansion, labour market protection, expansionary budget policies, and redistributive policies (Pariboni et al., 2020). Re-regulation of the financial system, a process of de-financialisation, and a Global Keynesian New Deal could be desirable to achieve all of these goals (Hein, 2012).

### Palavras-chave

Labour Productivity, Financialisation, European Union, Panel Data, Least-Squares Dummy Variable Bias-Corrected Estimator

## Painel: Desafios de Regulação e Governança para Sociedades Complexas

### Crossing the Atlantic: Portugal's economy through the lenses of New Developmentalism

Ricardo Paes Mamede<sup>1</sup>

João Paiva Silva

<sup>1</sup>Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

Over the last two decades, the New Developmentalism (ND), understood as a school of thought comprising mainly the works of Luíz Carlos Bresser-Pereira (2009, 2016, 2019, 2020) and associates (see Bresser-Pereira et al. 2014; 2020a<sup>1</sup>), has gained substantial prominence. Not only has this work been majorly used by the Brazilian scholars (in addition to the previously cited see, for example, Marconi et al., 2016), but its 'principles' have garnered wide support from a variety of scholars globally, usually those with a heterodox bent<sup>2</sup>.

New Developmentalist analyses have been widely used, including to discuss issues such as the problems facing richer Latin American

countries (see Bresser-Pereira, 2009<sup>3</sup>) as well as the catch-up experiences of, for example South Korea and China (Bresser-Pereira et al., 2020a<sup>4</sup>), incorporating a perspective that focuses more extensively on macroeconomic explanations as opposed to the traditional industrial-policy-centric examinations. The New Developmentalist approach has also been used to provide an alternative to common assessments of 'middle-income trap'<sup>5</sup>, and also to explain why some developing/emerging economies thrive, whereas others stagnate or have disappointing growth.<sup>6</sup>

Although the focus of the ND has been mainly on developing/ emerging economies or middle-income countries – in fact a recently published paper by Bresser-Pereira (2020b) is titled 'New Developmentalism: development macroeconomics for middle-income countries'<sup>7</sup> – some of its elements can be quite valuable to analyze more advanced economies. According to one of the most recent documents summarizing this approach – 'The Principles of New Developmentalism' (2020), advanced by Bresser-Pereira and discussed with a variety of scholars at the 4<sup>th</sup> Workshop on the New Developmentalism in São Paulo (2019) – it is noted that the ND 'is focused primarily on

1 <https://www.scielo.br/j/rep/a/p9tZnCmvpMTS4FBsgRwZzQ/?lang=en>

2 See, for example, the 'Ten Theses on the New Developmentalism', a 2010 document comprising some of the key elements of the ND, which were subscribed by both development economists like Alice Amsden and Jayati Ghosh, as well as macroeconomists like Jan Kregel and Philip Arestis

3 <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2682/TD%20193%20-%20Luiz%20Carlos%20Bresser%20Pereira.pdf>

4 <https://www.scielo.br/j/rep/a/p9tZnCmvpMTS4FBsgRwZzQ/abstract/?lang=en>

5 [https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/61806877/Bresser-Pereira\\_\\_Araujo\\_and\\_Peris\\_2020\\_An\\_alternative\\_to\\_the\\_middle-income\\_trap20200116-27052-lob7c0l-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1641426181&Signature=g9iMIWkmzCzU2xBSarwKIWQpIvjuipinKhq~v18QS YN-76bPhnLdwpg-wRqFKxlt60~THS3tMPq-L9IxU0cO7vE54b9gf7HIOXlypvc-4ZDHYl~0rKaL3VoHndQRmaAttRrNJRn2jkrRHUlivHyR8~X8Gh O~1f2i53bau9Vh3HO1k9ArZr5bzimDY7VLXgq6AvkjltDt~07nXJF3MmKzKIPV93ZTijYlo0b-Nk2TTHMvR-ODd~TrYC6aZPKGWgM5G34Lnnu2tW-SicfNkg5JKjAh-ohlV9pKL5fr6W61XEMVBb9Ova6R~qQwyVID0Az0nhr2xeM92QqvUj7N1udQ9Q\\_\\_\\_&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/61806877/Bresser-Pereira__Araujo_and_Peris_2020_An_alternative_to_the_middle-income_trap20200116-27052-lob7c0l-with-cover-page-v2.pdf?Expires=1641426181&Signature=g9iMIWkmzCzU2xBSarwKIWQpIvjuipinKhq~v18QS YN-76bPhnLdwpg-wRqFKxlt60~THS3tMPq-L9IxU0cO7vE54b9gf7HIOXlypvc-4ZDHYl~0rKaL3VoHndQRmaAttRrNJRn2jkrRHUlivHyR8~X8Gh O~1f2i53bau9Vh3HO1k9ArZr5bzimDY7VLXgq6AvkjltDt~07nXJF3MmKzKIPV93ZTijYlo0b-Nk2TTHMvR-ODd~TrYC6aZPKGWgM5G34Lnnu2tW-SicfNkg5JKjAh-ohlV9pKL5fr6W61XEMVBb9Ova6R~qQwyVID0Az0nhr2xeM92QqvUj7N1udQ9Q___&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA)

6 See, for example, the recent comparison between fast-growing East Asia and Brazil (Bresser-Pereira et al., 2020b) or Marconi et al., 2016, for an analysis focusing the sectoral dynamics leading to Brazil's poor growth record.

7 <https://academic.oup.com/cje/article-abstract/44/3/629/5690646>

## Painel: Desafios de Regulação e Governação para Sociedades Complexas

middle-income countries, but understands the developed economies need a similar approach.' In another paper, Bresser-Pereira (2020c<sup>8</sup>) notes that the New Developmentalist 'framework was originally oriented to the study of middle-income countries, but may come to be relevant also to rich countries.'

In sharing the understanding that the New Developmentalism can shed some light on the workings of developed economies, this paper applies this approach to the Portuguese economy, largely to its unique situation. Although Portugal is classified as a high-income country and is part of one of the most advanced economic blocks in the world – the European Union (EU) – within this very block, it has itself a peripheral condition and its convergence trajectory with the EU has been poor, especially when compared to the more recent members from Eastern Europe. While some insights of the ND may make little sense in the context of the Portuguese economy (e.g. those regarding resource abundance), the ND can be helpful in explaining the trajectory of the Portuguese

economy, its main issues under the Economic and Monetary Union (EMU), financial crises, as well as the prospects for achieving future competitiveness – this is in line with the 'Principles' document referred to above, which notes that '[T]o be a new-developmental the economist does not need to agree with these fifteen principles, but with most of them. New Developmentalism will be all the more creative and will better guide the economic development and catching up of developing countries as more variety of ideas exists'. This paper thus aims to be in spirit of the New Developmentalism, as it purposes not to blindly applying it without considering the specificities of the object of study, but rather adapting it to them.

### Palavras-chave

New Developmentism; Stuck in the middle trap; Euro resource curse; Portugal

<sup>8</sup> [https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/b3\\_a\\_new\\_theoretical\\_framework\\_new\\_developmentalism.pdf](https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/arquivos/b3_a_new_theoretical_framework_new_developmentalism.pdf)

## Painel: Desafios de Regulação e Governação para Sociedades Complexas

### A crise de cuidados e os cuidados informais em Portugal - uma perspetiva de género

Sara Canha

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

A partir da investigação realizada sobre a organização social dos cuidados e sobre os desenvolvimentos nas políticas de apoio aos cuidados informais em Portugal, partilho os aspetos principais de análise e algumas reflexões que se colocam atualmente como desafios de governação.

Nas últimas décadas, as transformações socioculturais, políticas e demográficas, em particular o aumento da esperança média de vida, a diminuição da natalidade e o envelhecimento demográfico, as alterações nas dinâmicas das estruturas familiares, com novos tipos de agregados, e uma maior fragilidade no mercado de trabalho, vieram colocar os cuidados num lugar de maior visibilidade pública, aumentando a pressão política para a reorganização das políticas públicas de cuidados. A escassez de cuidados formais em relação às crescentes necessidades coloca em causa a sustentabilidade dos sistemas sociais e de saúde. Assim, nos últimos anos o tema dos cuidados ganhou uma atenção crescente nas agendas de organizações internacionais e também nas agendas políticas nacionais. Neste contexto, os cuidados informais surgem como fator de sustentabilidade do sistema de cuidados, e torna-se central pensar não só o desenvolvimento dos cuidados domiciliários e institucionais, mas também problematizar as responsabilidades familiares e o modelo de subsidiariedade que Portugal historicamente desenvolveu.

A “crise de cuidados” que afeta hoje Portugal e muitos países faz parte de uma crise mais geral que se relaciona com a forma como as sociedades têm invisibilizado e desvalorizado os cuidados e a dependência. Precisamos da atividade de cuidar para viver em sociedade, mas os custos inerentes têm sido rejeitados e pouco ou nenhum valor económico lhe tem sido atribuído.

Dizendo respeito e afetando toda a sociedade, o trabalho de cuidar tem sido efetuado principalmente por mulheres, tanto no interior da família quanto nas estruturas formais de cuidados. As atividades e o trabalho de cuidado foram historicamente invisibilizados e excluídos das políticas, e isto é visível quando se observa que, ainda hoje, 80% dos cuidados de longa duração na Europa são realizados por pessoas que cuidam de forma não remunerada, maioritariamente mulheres. Mesmo com avanços em igualdade de género em diversos domínios da sociedade, a distribuição desigual das responsabilidades domésticas e de cuidado entre homens e mulheres continua a ser uma das áreas mais problemáticas na União Europeia. A mulher entrou em massa no mercado de trabalho, mas a divisão “mulher cuidadora/homem provedor” não se desfez. Este fator é particularmente relevante em Portugal, onde a entrada das mulheres no mercado de trabalho foi rápida e massiva, mas não foi acompanhada de um desenvolvimento proporcional dos serviços formais de cuidados, nem por uma passagem para uma redistribuição equitativa, em termos de igualdade de género, do trabalho doméstico e do trabalho de cuidar.

A feminização, a invisibilidade e marginalização, a ausência de proteção social e conseqüentemente o maior risco de pobreza que o trabalho de prestação de cuidados implica, não só são características dos cuidados não remunerados, como fazem parte de um problema generalizado

## Painel: Desafios de Regulação e Governação para Sociedades Complexas

de desvalorização de todas as formas de prestação de cuidados. Os trabalhos de cuidado remunerados são em Portugal caracterizados por baixas remunerações e precariedade.

Em Portugal, entre 2016 e 2019, um conjunto de acontecimentos políticos e sociais, em particular surgimento do movimento de cuidadoras informais, veio colocar o tema dos cuidados informais na agenda pública e política. Neste processo, diferentes atores políticos e da sociedade civil intervieram na defesa de medidas de apoio aos cuidadores de formas variadas, refletindo diferentes perspetivas político-ideológicas sobre o papel dos cuidados informais na sociedade. Através de uma análise de enquadramento de discursos - a partir de entrevistas a deputados e membros da Associação Nacional de Cuidadores Informais, de documentos e discursos políticos no âmbito da atividade parlamentar - exponho as principais medidas que foram debatidas, explorando como foram justificadas e perspetivadas pelos atores políticos e da sociedade civil que se envolveram na reivindicação do Estatuto do Cuidador Informal.

Num contexto nacional de escassez de cuidados formais e em que a família, em particular as mulheres, tem um papel central na prestação de cuidados às pessoas em situação de dependência, encontramos na discussão e escolha das medidas de apoio ao cuidador informal uma persistência de traços familistas e uma não problematização da desigualdade de género. A preocupação de valorizar a função social (e obrigação moral) dos cuidados familiares sobrepõe-se numa parte maioritária dos discursos analisados, o que invisibiliza, naturaliza e reproduz a desigualdade de género.

A forma como uma sociedade aborda a prestação de cuidados tem implicações significativas na

transformação de situações de desigualdade, podendo reduzi-las, mas também perpetuá-las ou exacerbá-las. As políticas de cuidados não podem ser construídas sob regras neutras em relação ao género, uma vez que as próprias instituições definiram as regras de modo a isentar os homens e a tornar as mulheres responsáveis pelos cuidados. A criação do Estatuto do Cuidador Informal foi importante no reconhecimento deste trabalho historicamente invisibilizado, mas é importante perceber se foi um passo dado na direção de o Estado apoiar as cuidadoras, ou de apoiar-se nelas.

Esta apresentação pretende refletir sobre o ponto em que nos encontramos, e se caminhamos para o reconhecimento e dignificação do trabalho de cuidar e para uma melhor redistribuição do trabalho de cuidados, ou para uma manutenção das mesmas dinâmicas de divisão sexual do trabalho e de responsabilização das famílias, como resposta “sustentável” à crise de cuidados, que, orientada por uma perspetiva de contenção de custos, tem resultados muito desiguais em termos de género e situação socioeconómica.

### Palavras-chave

cuidados informais, género, sistema de cuidados, Portugal

## Painel: Desafios de Regulação e Governança para Sociedades Complexas

### Bricks and mortar of politics: architects' participation in designing the policies of Urban Governance

Sonja Dragović

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

This paper is concerned with the ways in which contemporary architects and architectural practices engage with political processes in the city. It seeks to explore the range of actions architects undertake towards proposing, shaping, and changing urban policies. The research, situated in the European periphery with a focus on the contexts of Portugal and Croatia, is based on semi-structured interviews with ten architects whose architectural practice is intertwined with their explicit political engagement, through their participation in representative and executive public governing bodies. The goal is to better understand the contemporary architects' engagement with political processes in the city and their impact on the mechanisms and outcomes of urban governance in the European periphery.

**Introduction:** In a city of post-2008 economic crisis, socially engaged architectural practices have played a role in opening up spaces for people to react to and act upon urban problems and discontents. As austerity became a new urban condition (Peck, 2012), urban social movements responded by opposing the austerity policies and asserting their "Right to the City" (Harvey, 2008). These processes have moved the architectural profession towards rethinking its social agenda (Weiss, 2019), and the potential of socially engaged architecture to contribute to

more democratic, egalitarian, and sustainable cities has been recognized in recent academic literature (Karim, 2018; Dodd, 2019). While architecture is inherently social, socially engaged architectural practices are purposefully political; as Sadler (2018) puts it, they use architecture to draw people into political life and implement architectural knowledge for the common good. Kaminer (2016) claims that architecture can precede political economy in identifying new trajectories for society, while Schneider (2018) sees socially engaged architectural practices as the ones questioning the existing structures of power and the dominant mechanisms of production of space. These definitions share the view of socially engaged architectural practices as progressive social actors with strong communal ties, conscious of contemporary global challenges such as economic inequalities and climate change, and eager to tackle them at the local level.

Architectural response to the pressing social issues has recently been examined from the feminist perspective (Fitz et al, 2019), from the perspective of commons (Stavrides, 2016), and in terms of its contribution in enacting urban change (Awan et al, 2011), through approaching the production of space differently from the dominant, neoliberal paradigms of urban intervention (Brenner, 2016; Kaminer, 2016). If architecture is critically important for addressing the contemporary global challenges, how is that reflected in the process of urban governance, i.e., the process of forming and pursuing collective goals at the local level (Peters and Pierre, 2012)? Aside from identifying the urban development policies which define and regulate the role of architectural practices within the process of governance process, it seems important to investigate the ways in which architects seek to redefine and deepen their own role, by bringing their specific set of skills and concerns to the



## Painel: Desafios de Regulação e Governança para Sociedades Complexas

table.

Research shows that the mythologized role of the XX-century architect as the leader, genius, and the hero from the glory days of the welfare state was much more complex than is commonly assumed – that it was, indeed, deeply dependent on and in constant negotiation with politicians, managers, planners, the building industry (Swenarton et al, 2014). Nowadays, as the discipline of architecture may have fallen prey to both a diminished agency and an increased culpability (Schrijver, 2021), the questions of structural levels, forms, and mechanism of social agreements, as well as ideological and organizational problems of professional work, which Richter put forth almost 60 years ago while discussing political and social engagement of architects, seem more relevant than ever (Richter, 1965). Inspired by these preoccupations, this paper aims to contribute to better understanding of the contemporary architects' engagement with political processes in the city and their impact on the mechanisms and outcomes of urban governance in the European periphery.

**Methodology:** For the purposes of this research, ten architects are chosen to be interviewed; five of them are working in Portugal and the other five in Croatia. The interviewees are selected based on the political role they, as architects, assume in their respective contexts: each of them is currently active, or has until recently been active, in a public role which enabled them to work on public policies related to urban development (e.g., housing, urban renewal, public space, participatory design, etc.). The questions for the semi-structured interviews are designed to address the embeddedness of architectural practice within the wider processes of urban development, the meaning and the significance of social and political engagement, and the challenges of influencing, designing, and

implementing the urban governance policies.

**Expected results:** A better understanding of the processes and outcomes of urban governance in the European periphery, particularly in relation to political engagement of architectural practices; gaining the important insights for the continuation of the research into policy implications of the socially engaged architectural practices.

### Palavras-chave:

socially engaged architecture, urban governance, European periphery

## Painel: Desafios de Regulação e Governação para Sociedades Complexas

### Da governação à governança? As fundações públicas e público-privadas na política cultural portuguesa

Tiago Mendes<sup>1</sup>

Carlos Vargas<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

<sup>2</sup> HTC - História, Territórios e Comunidades constitui um pólo na NOVA FCSH do Centro de Ecologia Funcional – Ciência para as Pessoas e o Planeta – da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra. Trabalho realizado no âmbito da Unidade de I&D Centre for Functional Ecology – Science for People & the Planet (CFE), com a referência UIDB/04004/2020, com apoio financeiro da FCT/MCTES através de fundos nacionais (PIDDAC).

#### Resumo:

A evolução e transformação do modelo de intervenção do Estado social (Bonet & Donato 2011, 6), fenómeno particularmente impactado pelo “neo-liberal turn” do Reino Unido, induz uma reorientação das políticas culturais de múltiplos países europeus (Fabiani 2014, 213). À escala internacional assiste-se ao “the hollowing out of the nation state (...) and the shift from government to governance” (Rhodes 1994, citado em O'Brien 2011, 45). A tendência tem sido a da “abdicação progressiva dos Estados centrais a favor de poderes supletivos”, como por exemplo os governos regionais e locais, abandonando o anterior papel de “mentor, pai e patrão da cultura” (Mendes 2006). A governança cultural pode facilitar, e ampliar, os efeitos da democratização cultural, englobando processos plurais e igualitários, de negociação permanente, numa procura de soluções equilibradas para problemas comuns (Fraser 1990).

Contudo, as políticas culturais adoptam modelos de governança “not all at the same speed, nor always in the same direction” (King & Schramme 2019, 74). Neste working paper problematiza-

se a tentativa de implementação, por parte do governo português ao longo das últimas décadas, de uma mudança de paradigma na política cultural nacional: uma passagem da governação para a governança. O Estado tem vindo a testar modelos alternativos e inovadores, por meio de diferentes tipologias jurídicas e configurações institucionais distintas, alcançando resultados diferentes em cada caso concreto. Mais do que apenas pela atribuição de um grau crescente de autonomia de gestão atribuída às organizações públicas, esta tendência engloba práticas de governança como: a inclusão de agentes públicos (poder central e local), privados e do terceiro sector nas configurações institucionais; a procura por modelos de financiamento auto-sustentáveis; e a opção por orgânicas organizacionais que contribuam para a eficácia da implementação das políticas públicas de cultura a nível nacional.

O nosso argumento é enfatizado através da consideração de quatro estudos de caso: fundações públicas e público-privadas do sector cultural, criadas entre 1989 e 2011, substancialmente financiadas pelo governo, mas envolvendo outros stakeholders (entre fundadores, patronos ou entidades com responsabilidades consultivas). Pese embora tenham em comum uma tipologia jurídica comum, as fundações em análise adoptam formas distintas a partir do modelo fundacional. Sendo exemplos de uma eventual viragem nas políticas públicas de cultura, manifestam de diferentes formas essa possibilidade de governança, de acordo com vários factores que nos propomos considerar.

Este working paper pretende analisar as alterações nas configurações organizacionais destas fundações desde 1989 até ao presente, na sequência de necessidades institucionais particulares e da evolução do próprio contexto político. Propomo-nos identificar características

## Painel: Desafios de Regulação e Governação para Sociedades Complexas

tipológicas dos arranjos de governança organizacional e analisar o seu papel e impacto nas políticas culturais portuguesas.

Em termos metodológicos, partimos da consulta do caudal legislativo que dá forma às quatro fundações aqui em estudo – Fundação de Serralves, Fundação Arpad Szenes-Vieira da Silva, Fundação Casa da Música e Fundação Côa Parque – tendo por fontes documentais a legislação produzida, a saber Decretos-Lei, Resoluções de Conselho de Ministros e Despachos Normativos, que as institui e/ou reformula, bem como os Estatutos, que as regulamentam, e que se encontram anexados aos respectivos Decretos-Lei.

A partir daqui, propomo-nos problematizar o fenómeno a partir de uma abordagem comparativa que, a partir de uma análise longitudinal cruzada das quatro fundações, que considere: a orgânica de cada uma, a composição do conselho de administração, a composição dos conselhos de fundadores, as características dos seus membros e patronos; e o peso que o Estado Central representa na administração de cada uma. Estes critérios constituem elementos fundamentais para a aferição do estágio de maturidade institucional nos modelos de governança; aferindo, por exemplo, o controlo

político sobre as organizações e detectando orgânicas que subalternizam os restantes stakeholders. Esta análise informará uma melhor compreensão da evolução dos modelos de governança, e do sucesso da sua implementação, na política cultural nacional.

### Palavras-chave

Cultura, governança, fundação, políticas públicas, Portugal



# Painel

**Criatividade e  
Participação  
em Sociedades  
Capacitadas  
Complexas**

## Painel: Criatividade e Participação em Sociedades Capacitadas

### O espaço comercial como espaço de encontro e ligação com a comunidade onde se insere - *Le bar a crêpes*

Ana Cravinho<sup>2</sup>

Teresa Madeira da Silva<sup>1</sup>

<sup>2</sup> Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, CRIA, Lisbon, Portugal

<sup>1</sup> Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

O bairro da Graça, assim como toda a freguesia de S. Vicente e, de uma forma geral, toda a cidade de Lisboa, tem acolhido nos últimos anos, uma multiplicidade de minorias étnicas, de diferentes países de origem e com diferentes histórias de migração. Num contexto de super-diversidade importa compreender de que forma se pode viver e conviver com esta diversidade e, como é possível estabelecer o equilíbrio entre inclusão no país de acolhimento e identidade relativa ao país de origem. Ao percorrermos as ruas do bairro é evidente, como residentes de longa duração e residentes imigrantes, coabitam numa harmonia pautada por uma tradição com raízes fabris e um progresso imposto por novos usos urbanos, ligados ao turismo e lazer.

Segundo Susan Wessendorf, o quotidiano e a convivência diária garantem uma familiaridade entre os diversos indivíduos residentes, sugerindo que espaço público e espaço comercial desempenham um papel preponderante na aceitação da diferença e por isso, consequentemente, à inclusão de estrangeiros na comunidade: "... local business and markets are important places regarding encounters across differences, as they are often the sites where such encounters take place and people interact", Wessendorf (2014:71).

Partindo deste pressuposto, é proposta a análise de um estabelecimento comercial, - Le Bar A Crêpes, localizado no bairro da Graça, com o

objetivo de determinar se este espaço comercial, pode ou não ser considerado um elemento chave para o "ethos of mixing" da população residente no território, proporcionando o encontro e ligação entre a comunidade residente e a população imigrante, estabelecendo uma ponte para a diversidade e aceitação do Outro. A partir da análise do caso de estudo, pretende-se uma reflexão sobre como o espaço comercial pode contribuir para tornar uma cidade mais inclusiva, mais tolerante e mais capaz de integrar a diferença sob a forma de criatividade e competitividade territorial. A análise parte de um corpo teórico sobre as questões levantadas e assenta numa pesquisa qualitativa, utilizando a observação participante e entrevistas semi estruturadas. Pretende-se apurar se estamos na presença de um espaço encerrado em si mesmo, com o propósito final de fornecer um serviço à população que o visita, ou se estamos na presença de um espaço agregador e convergente.

Concluimos que, quando os encontros entre diferentes indivíduos acontecem, de uma forma continuada, no tempo e no espaço, estes poderão ajudar a "mudar" a imagem que temos do Outro e fomentar o respeito entre todos e, deste modo, atenuar o fosso diferencial entre os diferentes grupos, podendo diminuir o preconceito perante a diferença. Constata-se igualmente, que este espaço comercial proporciona a oportunidade para que o encontro entre realidades distintas aconteça, propiciando a construção de uma nova realidade territorial, social e cultural, contribuindo assim para o "ethos of mixing", enquanto "... an implicit grammar of living in a super-diverse area, shaped by a public and political discourse which emphasises the positive aspects of cultural diversity", Wessendorf (2013:408).

#### Palavras-chave

Le Bar A Crêpes; diferença; diversidade; comunidade; inclusão

## Painel: Criatividade e Participação em Sociedades Capacitadas

### vitality – liveability – violence on urban life

**Andrea Pavoni**

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

What is urban life? What do creation, participation and power mean in the urban? In this paper I set out to provide non-substantialist, strategic responses to these questions, with the purpose of unfolding their political potential, in direct relation with one of DINÂMIA'CET's three integrating thematic lines: *Creative and Participative Lives in Empowered Societies*. This is done in the following steps. First, I provide a definition of atmosphere which accounts for its *emergent, engineered, and excessive ontology*. Atmospheres, I contend, are to be understood as: emergent entanglements of bodies (Coccia 2018); engineered orderings immanently shaped by normative forces (Sloterdijk 2006; Philippopoulos-Mihalopoulos 2015); and structurally excessive configurations harbouring an overflowing potential which holds them in a tensional, metastable condition (Simondon 1964; Pavoni 2018). Second, I argue that the vitalism of atmosphere is to be found in this excessive dimension which, in this sense, may be understood as the implicit, aesthetic-juridical battleground of contemporary urban politics. For all their apparent philosophical complexity, these first two points are necessary, I argue, since there cannot be a proper understanding of creation, participation, power and life in the urban context, if the ontological premises are left unspoken. Third, I present the notion of urban liveability, a concept that is becoming increasingly important in shaping urban discourses and policies. Liveability indexes are routinely published by influential journals (e.g. Economist, Monocle, PwC,

etc.), while the term appears in programmatic documents of important organisations (e.g. World Bank, UN—Habitat, OECDs etc.) and in various urban regulations. Fourth, by comparing atmospheric vitalism and urban liveability, I show how the latter is informed by what I term the paradigm of comfort, namely the juridical, aesthetic, and technological infrastructure of contemporary urbanisation (Sloterdijk 2013; Brighenti and Pavoni 2019). Fifth, I expand and ground the argument by exploring *decoro urbano* [urban decorum], a juridical dispositif recently introduced in the Italian legislation, where it is paired with liveability (*vivibilità*), in the context of 'urban security' regulations. The formal structure of *decoro urbano*, I show via a juridical, aesthetic, and genealogical analysis, may be read as a form of 'atmospheric violence' (Pavoni and Tulumello, forthcoming), with potentially significant consequences in terms of urban politics at large, which I will engage with in the concluding remarks.

#### Palavras-chave

decorum; urban liveability; vitality; atmospheric violence; urban security

## Painel: Criatividade e Participação em Sociedades Capacitadas

### Eventos culturais e artísticos planeados em Portugal, padrões e processos territoriais nos últimos seis anos

**Hugo Reis**

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

Ao longo das últimas décadas os eventos artísticos e culturais em espaço urbano têm assumido um papel de destaque como estratégias políticas, socioculturais e urbanas definindo-se como importante meio de envolvimento social e valorização do território.

Consequência da instrumentalização da cultura e da eventificação dos lugares, surgem diversos desafios relacionados com o contexto de intervenção, quer físico quer simbólico, e os agentes envolvidos, provocando muitas vezes incompatibilidades e/ou do alinhamento de expectativas e objetivos, traduzindo-se com frequência na sua inoperância ou desadequação ao contexto territorial.

Enquadrado numa fase inicial de investigação em torno dos eventos artísticos e culturais como ferramenta de planeamento urbano e territorial, a presente proposta serve para revelar e aprofundar algumas pistas, padrões e processos resultantes de uma análise de dados relativos a eventos culturais e artísticos planeados em Portugal ao longo dos últimos seis anos com uma relação específica com o lugar, *place based events*.

Partindo de uma busca detalhada a uma base de dados proveniente de uma plataforma/agenda de eventos online *Viral Agenda*<sup>1</sup>, o estudo procura apresentar padrões de expansão e retração cultural em todo o território nacional, reconhecendo a partir destes processos temporais e padrões espaciais associados à sua distribuição no espaço e no tempo.

Através da construção de seis linhas de busca ou “*queries*” incidentes sobre o nome, tipologia ou descrição de cada evento permitiu-nos filtrar eventos pela relação com o lugar, atividades, disciplinas ou temáticas dominantes na expressão artística em espaço público e/ou urbano. Os dados vertem posteriormente, num formato comum, um conjunto alargado de eventos organizados por ano – tipologia - nome – região/município – lugar/local – datas de início e fim, recolhidos a partir das agendas culturais municipais, instituições culturais e redes sociais onde se agenda e comunica um acontecimento específico.

Desta forma, embora inserido numa fase inicial de investigação, o acesso aos dados da agenda alarga as possibilidades de estudo tendo como objetivo imediato apresentar alguns padrões, processos e dinâmicas presentes na forma como determinados eventos culturais e artísticos surgem, se organizam e distribuem em território português. Qual a relação entre o número de eventos culturais e artísticos planeados em Portugal e sua distribuição geográfica? Que dinâmicas socioculturais podemos identificar a partir do estudo sobre as diferentes tipologias de eventos em território nacional? Partindo da correlação dos dados obtidos e de uma observação mais focada nos

<sup>1</sup> Viral Agenda - Agenda Cultural de Portugal, cobre desde 2015 todo o território de Portugal reunindo dados de cada evento divulgado/difundido através de diferentes agendas municipais, institucionais ou Facebook. O acesso aos dados foi concedido com o único objetivo de contribuir para um estudo académico sobre os eventos culturais e artísticos planeados em Portugal.

## Painel: Criatividade e Participação em Sociedades Capacitadas

eventos planeados em espaço público verifica-se desde logo um enorme desequilíbrio entre as áreas metropolitanas, onde se concentram a maioria destes eventos, em comparação com todo o restante território, ainda mais acentuado entre o litoral e o interior do país. Que conclusões podemos retirar da interpretação do fenómeno dos eventos planeados com os mecanismos de planeamento e gestão territorial? Além disso, de que forma se podem retirar lições da eventificação do lugar sobre estratégias políticas, económicas, culturais e sociais num determinado lugar?

Igualmente interessante é entender os efeitos da pandemia covid-19 na realização de eventos culturais e artísticos planeados a partir do ano de 2020, com específica atenção à importância do território e lugar na redefinição do evento.

A longo prazo, será adotada uma metodologia de estudo de casos com o objetivo de entender a orgânica dos eventos desde a sua organização, produção, atores e públicos e como estes são entendidos na transformação sociocultural, político ou territorial. Sobre as problemáticas da instrumentalização da Arte e eventificação do lugar, propomos finalmente um método de investigação ação que permita aprofundar o estudo sobre este fenómeno de acontecimentos culturais como ferramenta conceptual e prática de planeamento e intervenção urbana e territorial em territórios de baixa densidade em Portugal. É ainda cedo para perceber todas as variáveis que desta primeira fase podem surgir, embora nos

pareça que esta fase pode, para além de permitir selecionar um conjunto de *place based events*, abrir a oportunidade de estabelecer cruzamentos entre políticas urbanas, políticas culturais, estudos rurais, estudos sociais, entre outros que melhor nos permitam entender ritmos e intensidades do território nas suas diferentes dimensões.

Esta oportunidade de partilha do estudo sobre os eventos planeados em contexto científico é altamente estimulante na medida em que pode, por um lado promover uma revisão à metodologia e métodos em curso, levantando um conjunto de sugestões e questões transversais ao tema, assim como, por outro lado estimular a partir deste o interesse noutras linhas disciplinares.

### Palavras-chave

Eventos . Cultura . Arte . Território



## Painel: Criatividade e Participação em Sociedades Capacitadas

### Da festivalização à 'festentificação': perspectivas e desafios na cidade de Lisboa

João Miguel Pereira Concha

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

Com a realização da Exposição Mundial Expo'98, Lisboa conheceu um momento de forte investimento, não apenas na renovação urbana como também na programação cultural. Após esse me-ga-evento, e numa conjuntura em que se anteviam maiores restrições ao investimento, diversas iniciativas culturais foram sendo levadas a cabo, ocupando espaços de vária natureza, muitas de-las seguindo o modelo do 'festival' e ecoando um fenómeno global de 'festivalização da cultura' (cf. Bennett, Taylor e Woodward, 2014<sup>1</sup>).

Entre os referidos festivais, nomeadamente os de iniciativa pública (municipal) destaca-se o festival TODOS - Caminhada de Culturas<sup>2</sup>, iniciado em 2009 e decorrendo anualmente, até à actualidade. Para além da realização deste festival multicultural, outras acções de desenvolvimento de festivais de arte(s) ganharam corpo através da actividade da EGEAC - Empresa de Gestão de Equipamentos e Animação Cultural, E.M., contribuindo fortemente para uma ocupação e dinamização de espaços públicos em áreas

centrais da cidade e para as quais se assinalavam políticas urbanas de revitalização e regeneração. Em termos mais gerais, a presente comunicação insere-se na linha de investigação acerca das relações entre estas iniciativas e a transformação urbana em curso para certos bairros de Lisboa, do Intendente à Colina de Santana, relacionando-se com alguns dos impactos espaciais, sociais, económicos e culturais nos respectivos territórios.

De modo mais específico, e a partir da realização do festival TODOS, a comunicação aborda os riscos no âmbito territorial de tais impactos (i.e. transformações potenciais e externalidades) no que concerne à imagem projectada e à atractividade desses lugares, bem como aos possíveis efeitos induzidos num âmbito social no seio das comunidades residentes. Nesse sentido, e partindo da noção globalizadora de 'gentrification blueprint' [marca ou pegada gentrificadora] (cf. Lees e Davidson, 2005<sup>3</sup>) para a acção territorial urbana em décadas recentes, esta comunicação discute o agravamento ou mesmo a indução de processos de gentrificação recorrendo ao 'festival' (e/ou formatos afins), em linha com as evidentes tendências de 'eventificação' e 'festivalização' na cidade de Lisboa (Concha, 2019<sup>4</sup>).

A presente comunicação procede a uma reflexão crítica acerca da criação de ambientes urbanos relativamente homogéneos e *comodificados*, associados muitas vezes a processos de revitalização urbana a que

<sup>1</sup> BENNETT, A., J. TAYLOR, e I. WOODWARD, eds. 2014. The Festivalization of Culture. London: Routledge. ISBN 9780367600365.

<sup>2</sup> Este constituiu um dos casos de estudo na tese de doutoramento Da revitalização urbana na Lisboa pós-Expo'98: os festivais de arte(s) no espaço público, que procurava reconhecer marcas e permanências, efeitos de continuidade ou transformação induzida no território por esta(s) iniciativa(s) efémera(s) [FCT SFRH/BD/140838/2018, aguardando provas públicas].

<sup>3</sup> LEES, L., e M. DAVIDSON, 2005. New-build 'Gentrification' and London's Riverside Renaissance. Environment and Planning A: Economy and Space. London: Pion, vol.37 (7), pp. 1165-1190.

<sup>4</sup> CONCHA, J., 2019. Caracterização dos Festivais de Arte(s) na Lisboa Pós-Expo'98: Evolução e Tendências. Em: R. GUERREIRO, A. PAIO, e P. L. PINTO, orgs. Atas do 4.º Colóquio Territórios Metropolitanos Contemporâneos [Em linha]. Lisboa: Dinâmia'CET - ISCTE-IUL, [s.p.] [consult. 2020-10-08]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10071/22528>.

## Painel: Criatividade e Participação em Sociedades Capacitadas

subjazem uma revalorização fundiária/imobiliária e uma reconversão funcional (e.g. actividades, agentes, apropriações diversas), como tendo passado também pela intervenção cultural, nomeadamente mediante o formato 'festival de arte(s)'. Nesse contexto, con-cretizamos a possibilidade de o tipo de eventos referido ser efectivamente relevante para transformar a paisagem urbana, a percepção sobre os espaços e a identidade local de um dado território, constituindo aquilo a que iremos chamar de 'festentificação'. O convite e abertura promovidos pe-los festivais a novos grupos e populações para a fruição de espaços (públicos ou privados) em bairros históricos da cidade de Lisboa, ainda que temporariamente, representa um conjunto de de-safios relevantes à resiliência e à capacitação das comunidades, que a presente investigação equaciona.

Paradoxalmente, e apesar do acrescido interesse nas questões territoriais e no fenómeno 'urbano' (e.g. espaços, comunidades, imagem urbana, identidades urbanas, problemáticas sociais específicas, entre outros) em diferentes campos artísticos e ao nível da programação de festivais, pouco investimento tem sido direccionado para uma análise cabal dos efeitos desse tipo de intervenção cultural e/ou da sua relação com outras

políticas públicas. Apesar de algumas iniciativas culturais correspondentes ao formato 'festival' — na cidade de Lisboa, inclusive com apoio e/ou de iniciativa municipal — apresentarem objectivos relacionados com o desenvolvimento cultural dos territórios, com a vivificação de actividades e espaços ou com o bem-estar das comunidades, o estudo e a preocupação com os efeitos e impactos é relativamente residual, daí a premência da discussão aqui proposta. Assim, pretendemos ainda dar conta de algumas das interrogações e dos achados da tese de doutoramento na qual se integrou esta investigação.

### Palavras-chave

festivalização da cultura; festivais de artes; desenvolvimento urbano; gentrificação; Lisboa

## Painel: Criatividade e Participação em Sociedades Capacitadas

### Enquadrando atores e políticas para um recomeço mais sustentável do turismo em Lisboa

**Maria Assunção Gato**

**Ana Rita Cruz**

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

Embora a situação pandémica que se arrastou pelos dois últimos anos ainda não esteja ultrapassada, já se perspetiva a retoma de um quotidiano quase normal em todos os sectores de atividade e em todas as dimensões da vida em sociedade. Contudo, o rasto de avultados prejuízos económicos e sociais deixados pela Pandemia, além de muito sofrimento e mortes, geraram impactos que ainda vão persistir por algum tempo, requerendo planos de mitigação com alguma amplitude e estrategicamente concertados entre múltiplos atores com vista à ampliação da sua eficácia. No caso específico do turismo, um dos sectores de atividade mais afetados pela Pandemia, tornou-se bastante evidente a necessidade de repensar o rumo explosivo e, em certa medida também corrosivo, que o turismo vinha tendo em Portugal, sobretudo nas duas grandes cidades de Lisboa e Porto. O excesso de turismo pré-pandémico não se traduzia apenas numa incapacidade de gerir esta atividade de uma forma sustentável. Além dos vários impactos negativos sobre as populações locais, a qualidade das experiências proporcionadas aos turistas também começava a manifestar sinais preocupantes de degradação.

Este cenário permite percecionar um momento particularmente delicado para a atividade turística no geral, e para o turismo urbano em particular. Por um lado, existe a urgência de retomar os negócios e de reposicionar o turismo nos níveis altamente favoráveis de 2019. Por outro lado, parece crescer a consciência de que tal situação não é desejável e tão pouco comportável com os valores de sustentabilidade dos ecossistemas urbanos. Pelo meio existem vários atores sociais e institucionais que não só complexificam o jogo de forças políticas e interesses económicos a atuar nos territórios urbanos, como não deixam antever que a reforma necessária ao modelo de turismo urbano vá adotar soluções mais justas, inclusivas e sustentáveis.

Com o foco na cidade de Lisboa, esta comunicação propõe uma reflexão sobre o recomeço do turismo numa fase pós-pandémica, procurando destacar algumas lições do passado para melhor contextualizar perspetivas de desenvolvimento futuro. A recente mudança de políticos e políticas no governo da cidade é propícia a que se dê atenções redobradas a várias questões que se cruzam com o turismo. Além de temas como a privatização e “mercadorização” do espaço público, também se impõe observar os múltiplos efeitos relacionados com os alojamentos locais e com a habitação, de uma forma geral.

#### Palavras-chave

Turismo, ecossistemas urbanos, políticas públicas, sustentabilidade.

## Painel: Criatividade e Participação em Sociedades Capacitadas

### Constructing Stronger Peripheries: Comparing Self-Assessed Cultural Activities Impacts Among Cultural Institutions in Europe

**Pedro Costa**

**Margarida Perestrelo**

**Ricardo V. Lopes**

**Elisabete Tomaz**

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

Mechanisms used to measure the value and impacts of cultural activities are frequently quite unsatisfactory, often centred in the easiest and simplistic ways to measure it, and neglecting their territorial embeddedness and their effective importance in the development of the communities and the individuals. In order to address the complexity of value creation in a more effective way, a DINÂMIA'CET-iscte research team developed a new conceptual grid to assess the impacts of creative and cultural activities, in all their diversity and multidimensionality. This results from an intense co-construction process, over the few past years, involving a variety of cultural agents, in several research projects.

A specific grid, comprising 5 main dimensions (cultural; economic; social; environmental; citizenship and participation), was developed enabling (self)assessment of the impacts of cultural activities, in a particular territory or community. This analytical framework (operationalized in 15 sub-dimensions, and 75 different indicators ) is available at CULTURE.

IMPACTS DYI, a digital application that allows the systematization, self-assessment and self-awareness of value creation and their impacts by the agents of the cultural sector.

In this paper we analyze some of the results of the application of this tool within the research conducted in "Stronger Peripheries: a Southern Coalition", a large cooperation project co-funded by the Creative Europe Programme of the European Union. This is being developed (2020-2024) through an informal network that gathers eleven arts management organizations and three research institutions, from ten European countries in southern and eastern Europe, being assumed as a space for dialogue, collaboration, and joint learning, questioning and discussing the notions of "south" and "peripheries" through diverse collaborative artistic strategies.

Drawing upon the application of this tool to representatives of the institutions partners of this project, as well as in the observation of their activity, a comparative perspective of the self awareness of their impacts is provided. Evaluating the 5 main dimensions of value creation considered, through the 75 indicators provided, the main differences between the different kind of institutions are identified and discussed, as well as the specificities that can be considered vis-à-vis institutions working in the "peripheries" of European "central" art worlds.

#### Palavras-chave

Value; Culture; Impacts Assessment; Territorial Development; European Peripheries; Cultural Organizations.

## Painel: Criatividade e Participação em Sociedades Capacitadas

### Pontes entre margens: a cultura na Área Metropolitana de Lisboa

**Ricardo Venâncio Lopes**

Iscte-Instituto Universitário de Lisboa, DINÂMIA'CET, Lisbon, Portugal

#### Resumo:

As dinâmicas culturais e criativas influenciam a vitalidade e o desenvolvimento sustentável das metrópoles contemporâneas. Esta pesquisa analisa o impacto cultural, social, simbólico, físico e económico destas dinâmicas em territórios 'centrais', 'periféricos' e 'à margem' da Área Metropolitana de Lisboa. Em paralelo, reflete-se sobre o potencial das práticas artísticas, que envolvem e desafiam as comunidades, como instrumentos de pesquisa e de construção cultural, social, simbólica, ideológica, política e económica. Privilegiam-se metodologias de leitura territorial transdisciplinares e processos de coprodução de conhecimento.

Invertendo o olhar sistémico, tradicionalmente estabelecido do 'centro' para a 'margem', reconhece-se a diversidade dos processos culturais e criativos em três territórios: a frente ribeirinha em processo de revitalização ou reconversão do Beato e Marvila — um contexto marcado pela decadência e abandono do setor manufatureiro; Chelas, Zona J — onde se analisam os impactos das práticas culturais e artísticas na reestruturação simbólica, cultural, política e económica de um 'bairro social'; Barreiro — na 'outra margem' do Tejo, reflete-se sobre o papel que o ambiente criativo e cultural local têm na reestruturação e formulação identitária, cultural, social e económica de uma cidade, hoje periférica, mas que alberga

uma importante 'movida' cultural e política. A diversidade e a complexidade destes casos permitem problematizar contextos ancorados localmente, mas que se correlacionam com dinâmicas, conceitos e problemáticas globais, a partir das quais se propõem princípios de orientação estratégica para a atuação pública.

#### Palavras-chave

Cidade contemporânea, Dinâmicas culturais e criativas, Práticas artísticas, Área Metropolitana de Lisboa, Governança urbana, Desenvolvimento territorial sustentável.

dinamia  
'cet \_iscte



**FCT** Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia

DINÂMIA'CET-Iscte

Ed. Iscte

Sala 2w4d Av.<sup>a</sup> das Forças Armadas  
1649-026 Lisboa

T.: (+351) 21 046 4031

E.: [dinamia@iscte-iul.pt](mailto:dinamia@iscte-iul.pt)